

1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas. A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica (“Grupo”), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa e América Latina.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Telefônica S.A. (“Telefônica”), empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 73,58% (nota 22).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na B3 (companhia resultante da combinação de atividades entre a BM&FBovespa e CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos). É também registrada na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* (“ADSs”) classificadas no nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“*New York Stock Exchange*” – “NYSE”).

b) Operações

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM” - comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal (“SMP”); e (iv) Serviço de Acesso Condicionado (“SEAC” - TV por assinatura) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas (“PGO”).

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações (“LGT”), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 21). O atual contrato de concessão do STFC da Companhia tem validade até 31 de dezembro de 2025.

De acordo com os termos de autorização de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a cada biênio, após a primeira renovação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do SMP do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 21), sendo que no 15º ano a Companhia deverá pagar 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos. Estes contratos são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos.

Os termos de autorização (“TA”) da Companhia para exploração do SMP, conforme o Plano Geral de Autorização do SMP (“PGA”), são: (i) Região I - TA nº 078/2012/PVCP/SPV-ANATEL; (ii) Região II - TA nº 005/2010/PVCP/SPV-ANATEL; e (iii) Região III - TA nº 006/2010/PVCP/SPV-ANATEL.

Os termos de autorização para uso das faixas de radiofrequências são outorgados em função dos resultados obtidos nos respectivos leilões de faixas de radiofrequências, realizados pela ANATEL, e estão associados aos termos de autorização para exploração do serviço em cada região.

A seguir, apresentamos um resumo das autorizações para uso de faixas de radiofrequência, outorgadas para a Companhia.

Radiofrequência	Banda (MHz)		Vencimento das autorizações	
450 MHz	14	(1)	2027	-
700 MHz	20	-	2029	-
850 MHz	25	(2)	2020-2028	(3)
900 MHz	5	(4)	2020-2023	(5)
1800 MHz	20	(6)	2020-2023	(5)
1900 MHz	10	(7)	2022	-
2100 MHz	20-30	(10)	2023	-
2500 MHz	40	(8)	2027-2031	(9)

- (1) Estado SP (cidades com código nacional (CN) 13 a 19), MG e Nordeste (AL, CE, PB, PE, PI, RN e SE).
(2) Exceto Nordeste (CN 8X) e áreas correspondentes aos setores 03, 22, 25, 30 e 32 do PGO/1998.
(3) Licenças regionais: as datas de vencimento e renovação dependem da região. As licenças no Rio de Janeiro e Espírito Santo deverão expirar em 2020 e 2023, respectivamente.
(4) Somente em algumas regiões.
(5) MG Interior data de validade 2020; as licenças restantes expirarão em 2023.
(6) 20 MHz é a largura de banda mais comum, mas é maior em algumas regiões (até 50 MHz).
(7) Somente Nordeste (CN 8X) e áreas correspondentes aos setores 22, 25, 30 e 32 do PGO/1998. As licenças deverão ser migradas para a frequência de 2100 MHz ("realinhamento da banda L", que possibilita utilização de tecnologia 3G) quando da aprovação da Anatel.
(8) 40 MHz é a largura de banda mais comum, mas é de 60 MHz em algumas regiões.
(9) A banda X expirará em 2027 e a banda P expirará em 2031.
(10) 30MHz em regiões onde a "banda L" já foi migrada para a frequência de 2100 MHz; 20 MHz nas demais regiões.

c) **Eventos relevantes ocorridos em 2017 e 2016**

c.1) **Aquisição de Sociedade por Subsidiária Integral - 2017**

Em 3 de julho de 2017, a subsidiária integral da Companhia, Telefônica Data S.A. ("TData"), adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Terra Networks Brasil S.A. ("Terra Networks"), pertencentes à SP Telecomunicações Participações Ltda. ("SPTE"), acionista controladora da Companhia ("Operação").

A Terra Networks é prestadora de serviços digitais (serviços de valor adicionado ("SVA") próprios e de terceiros e *carrier billing*, bem como canais mobile para vendas e relacionamento) e publicidade.

A TData é uma sociedade que se dedica à exploração de SVA, bem como de soluções empresariais integradas em telecomunicações, assistência técnica de equipamentos e redes de telecomunicações, manutenção de equipamentos e redes e elaboração de projetos.

O preço total pago pela aquisição da totalidade das ações de emissão da Terra Networks, foi de R\$250.000, em parcela única, sem necessidade de qualquer financiamento, utilizando apenas o caixa disponível da TData. O referido valor foi calculado com base no valor econômico da Terra Networks, segundo o critério de fluxo de caixa descontado, com data base de 30 de abril de 2017, baseado em laudo de avaliação contratado pela Diretoria da TData.

A Operação sujeitou-se a condições usualmente aplicáveis a este tipo de transação, tendo sido precedida de uma auditoria legal e financeira em relação à Terra Networks e avaliação por empresa independente.

A Operação não se sujeitou à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou aprovações por órgãos da Companhia e da forma como foi estruturada não altera a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração no crescimento de serviços digitais e aumento da eficiência operacional, não havendo custos relevantes relacionados à Operação.

A Operação teve como objetivo possibilitar uma ampliação e integração da oferta comercial de serviços digitais que podem agregar valor imediato à carteira de clientes da TData e da Companhia, bem como gerar oferta de serviços da TData para a base de clientes e assinantes dos serviços da Terra Networks e, graças à abrangência nacional de atuação e expertise da Terra Networks, gerar alavancagem do negócio de publicidade da TData. Além disso, dado que a Companhia possui competências para a criação de novos produtos digitais de mídia para mobile e publicidade e a Terra Networks possui *know how* de venda, atendimento e operações de serviços digitais para clientes específicos, a aquisição pela TData também facilitará a sinergia entre as sociedades envolvidas, além de maximizar a unificação das condições comerciais mantidas com fornecedores.

Método de Contabilização

Considerando que as combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas normas contábeis locais (Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC) e internacionais (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), uma entidade é obrigada a aplicar a hierarquia prevista nos parágrafos 10-12 do Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8) para escolher a política contábil a ser adotada.

Uma entidade pode, portanto, escolher contabilizar as combinações entre as entidades sob controle comum, utilizando o método de aquisição (*“Acquisition Method”*) com base no CPC 15 (R1) / IFRS 3 (R) ou pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (*“Pooling of Interests”* ou *“Predecessor Value Method”*), com a orientação fornecida por outros organismos normativos contábeis com uma Estrutura Conceitual similar aos CPCs ou IFRSs.

Esta Operação que, conforme descrito anteriormente, envolve sociedades sob controle comum, foi contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (*“Predecessor Value Method”*), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3 (R). Consequentemente, a diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos foi registrada no patrimônio líquido da TData.

Com a conclusão da Operação, a partir de 3 de julho de 2017, a Terra Networks passou a ser controlada direta da TData e indireta da Companhia.

A seguir, apresentamos a composição do valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R\$190.971.

Ativo circulante	163.579	Passivo circulante	86.892
Caixa e equivalentes de caixa	43.351	Pessoal, encargos e benefícios sociais	17.327
Contas a receber	61.276	Fornecedores	51.198
Instrumentos financeiros derivativos	404	Impostos, taxas e contribuições	14.643
Tributos a recuperar	22.658	Instrumentos financeiros derivativos	16
Outros ativos	35.890	Outras obrigações	3.708
Ativo não circulante	228.575	Passivo não circulante	114.291
Tributos diferidos	117.885	Pessoal, encargos e benefícios sociais	508
Depósitos e bloqueios judiciais	102.373	Impostos, taxas e contribuições	229
Outros ativos	740	Provisões	112.874
Imobilizado	7.047	Outras obrigações	680
Intangível	530		
		Valor contábil dos passivos assumidos	201.183
		Valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	190.971
		Contraprestação dada pela aquisição	250.000
Valor contábil dos ativos adquiridos	392.154	Ajuste nos patrimônios líquidos na TData e Companhia	59.029

Provisão para Riscos Prováveis e Passivo Contingente

O contrato de venda e compra desta Operação contém termos e disposições comuns a esse tipo de transação, incluindo indenização de determinados passivos, contingentes ou materializados, decorrentes de atos praticados ou fatos ocorridos até a data da Operação, reduzidos os valores já provisionados das respectivas contingências, os quais foram considerados no preço de aquisição.

Na data da Operação, a Terra Networks estava envolvida em processos administrativos e judiciais relacionados a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, cujos desfechos desfavoráveis são considerados prováveis e possíveis, conforme o caso.

Outras Informações

O valor contábil líquido das contas a receber de serviços prestados pela Terra Networks na data da aquisição totalizava R\$61.276, o qual não diferia do valor bruto de R\$69.995, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R\$8.719.

Desde a data de aquisição até a conclusão das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017, a Terra Networks contribuiu com R\$155.224 da receita operacional líquida consolidada e R\$179.615 do lucro líquido consolidado para a Companhia, principalmente pelo reconhecimento de R\$125.191 de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (nota 7.b).

c.2) Reestruturação Societária - 2016

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 1º de abril de 2016, foi aprovada a Reestruturação Societária de acordo com os termos e condições propostos em 14 de março de 2016.

A Reestruturação Societária foi aprovada pela ANATEL nos termos do Ato nº 50.169, de 22 de janeiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União ("DOU") de 28 de janeiro de 2016, com as condicionantes nele previstas.

A GVT Participações S.A. ("GVTPart.") era a controladora da Global Village Telecom S.A. ("GVT"), sociedades que eram controladas pela Companhia de 28 de maio de 2015 a 1º de abril de 2016. A GVT era a controladora direta da POP Internet Ltda. ("POP") e indireta da Innoweb Ltda. ("Innoweb"), sociedades com sede no Brasil.

A POP fornece serviços como provedor gratuito de acesso e conteúdo de *internet*. A Innoweb (controlada pela POP) fornece serviços com base na tecnologia VoIP (*voice over IP*), que possibilita a realização de chamadas via *internet* com as facilidades inerentes a este meio.

A Reestruturação Societária ocorreu na mesma data da AGE mencionada acima, tendo ocorrida da seguinte forma: (i) a GVT foi cindida e o seu acervo líquido concernente aos bens, direitos e obrigações relacionados às atividades de telecomunicações foi absorvido pela GVTPart. e a parcela restante, concernente aos bens, direitos e obrigações relacionados às demais atividades que não de telecomunicações, foi absorvida pela POP; e (ii) o acervo líquido da GVTPart. (após a incorporação do acervo líquido da GVT, item (i)) foi absorvido pela Companhia.

A Reestruturação Societária visou a padronização dos serviços desenvolvidos pelas sociedades envolvidas neste processo, com: (i) concentração da prestação dos serviços de telecomunicações em uma única sociedade, a Companhia; e (ii) migração das atividades que eram prestadas pela GVT, especificamente aquelas que não eram relativas aos serviços de telecomunicações para a POP.

Desta forma, a simplificação da estrutura societária e a concentração da prestação de serviços de telecomunicações na Companhia, favorece um ambiente de convergência, facilitando a consolidação e confluência na oferta de serviços de telecomunicações e a simplificação da oferta de pacotes de serviços, bem como a otimização de custos administrativos e operacionais, e a padronização das operações das sociedades envolvidas na Reestruturação Societária.

Dado que a incorporação da GVTPart. pela Companhia não acarretou aumento de capital ou alteração nas participações dos acionistas da Companhia, uma vez que a GVTPart. era subsidiária integral da Companhia, não há que se falar em relação de substituição de ações dos acionistas da GVTPart. por ações da Companhia, também não havendo, por consequência, interesses de acionistas minoritários a serem tutelados e, portanto, segundo entendimento da CVM em casos precedentes semelhantes e nos termos do disposto na Deliberação CVM nº 559/08, também não se aplica o disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

Adicionalmente, no que tange à operação que antecede a incorporação da GVTPart. pela Companhia, também não há que se falar em relação de substituição, dado que a GVT era controlada pela GVTPart. e pela própria Companhia, inexistindo acionistas minoritários.

Nos termos do disposto no artigo 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, a Reestruturação Societária não confere aos acionistas da Companhia o direito de recesso. Ainda, considerando que não há acionistas minoritários da GVTPart., em razão de ser esta subsidiária integral da Companhia, não há que se falar em direito de dissidência e exercício de direito de recesso de acionistas não controladores da GVTPart. de que tratam os artigos 136, inciso iv e 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

c.3) Aquisição da GVT Participações S.A. ("GVTPart.")

A Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/02, informou ao mercado que, em 28 de maio de 2015, foi aprovada pela AGE, a ratificação do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças (*Stock Purchase Agreement and Other Covenants*) celebrado entre a Companhia, na qualidade de "Compradora", e a Vivendi e suas subsidiárias (*Société d'Investissements et de Gestion 108 SAS - "FrHolding108"* e *Société d'Investissements et de Gestion 72 S.A.*), na qualidade de "Vendedoras", por meio do qual a totalidade das ações de emissão da GVTPart. foi adquirida pela Companhia.

A contraprestação pela aquisição das ações da GVTPart. foi efetuada da seguinte forma: (i) uma parcela de €4,663 bilhões paga à vista e em dinheiro, após os ajustes determinados nos termos do contrato, na data de fechamento; e (ii) uma parcela em ações de emissão da Companhia entregues à *FRHolding108* em decorrência da incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia, representativas de 12% do capital social da Companhia após a incorporação de ações.

Em decorrência da incorporação de ações da GVTPart., o capital da Companhia foi aumentado em R\$9.666.021, mediante a emissão de 68.597.306 ações ordinárias e 134.320.885 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, considerando o valor econômico das ações incorporadas, apurado por meio do método do fluxo de caixa descontado, com base no Laudo de Valor Econômico da GVTPart. elaborado por empresa especializada, em conformidade com o disposto no artigo nº 252, parágrafo 1º, combinado com o artigo nº 8, ambos da Lei nº 6.404/76. A diferença entre o valor econômico das ações incorporadas e o valor de mercado das ações emitidas na data de fechamento da transação foi reconhecida em "Outras Reservas de Capital" no montante de R\$1.188.707.

Esta operação estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e a ANATEL, além de outras condições que se classificam dentre as usualmente aplicáveis a esse tipo de operação. A ANATEL aprovou nos termos do Ato 448, de 22 de janeiro de 2015, publicado no DOU de 26 de janeiro de 2015 e o CADE aprovou na 61ª sessão ordinária de julgamento do Tribunal do CADE, realizada em 25 de março de 2015 e publicada no DOU de 31 de março de 2015.

Com a conclusão da aquisição em 28 de maio de 2015, a Companhia passou a ser a controladora direta da GVTPart. e indireta da GVT. A GVTPart. tinha sede no Brasil e tinha como objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. Sua controladora direta (GVT) atuava na prestação de serviços de telefonia fixa, serviços de dados, serviços de comunicação multimídia e televisão por assinatura em todo o território nacional.

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

A seguir, apresentamos o preço de aquisição:

Contraprestação bruta em dinheiro (Euros 4,663 bilhões)	15.964.853
(-) Ajustes do Contrato (Dívida Líquida)	(7.060.899)
Montante da contraprestação líquida em dinheiro	8.903.954
(+) Contraprestação Contingente	344.217
(+) Contraprestação em Ações a Valor Justo	8.477.314
(-) Ganhos com <i>Cash Flow Hedge</i> sobre a Operação, líquidos de tributos (1)	(377.373)
(-) Reembolso conforme cláusulas 2.2.4 e 2.2.5 do SPA	(84.598)
Contraprestação total, líquida de <i>Cash Flow Hedge</i>	17.263.514

(1) Instrumentos financeiros derivativos, referem-se a *hedges* de fluxo de caixa para proteger o montante exposto a variação cambial em euros devido à Vivendi, referente a aquisição da GVTPart.

A seguir, apresentamos a composição do valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R\$4.426.373, bem como o ágio gerado na data da aquisição. Na data de elaboração das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia já havia concluído as revisões e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da GVTPart..

Ativo circulante	1.557.651	Passivo circulante	5.299.662
Caixa e equivalentes de caixa	390.255	Pessoal, encargos e benefícios sociais	170.989
Contas a receber	947.378	Fornecedores	611.425
Estoques	4.641	Impostos, taxas e contribuições	346.569
Tributos a recuperar	147.057	Empréstimos e financiamentos	3.968.615
Outros ativos	68.320	Provisões	17.866
		Outras obrigações	184.198
Ativo não circulante	12.026.239		
Aplicações financeiras em garantia	17.871	Passivo não circulante	3.857.855
Tributos a recuperar	65.798	Fornecedores	67.742
Tributos diferidos (4)	610.873	Impostos, taxas e contribuições	1.342
Depósitos e bloqueios judiciais	551.275	Empréstimos e financiamentos	3.088.414
Outros ativos	7.052	Provisões (3)	679.294
Imobilizado (1)	7.970.117	Outras obrigações	21.063
Intangível (2)	2.803.253		
		Valor justo dos passivos assumidos	9.157.517
		Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	4.426.373
		Ágio (5)	12.837.141
Valor justo dos ativos adquiridos	13.583.890	Contraprestação total, líquido de <i>Cash Flow Hedge</i>	17.263.514

- (1) Inclui a alocação do valor da mais valia de itens do imobilizado (R\$409.601).
- (2) Inclui a alocação do valor justo atribuído a marca (R\$59.000) e a carteira de clientes (R\$2.523.000) e a mais valia e outros intangíveis (R\$20.394).
- (3) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente (R\$512.648).
- (4) Inclui a alocação do valor dos tributos diferidos incidentes sobre o passivo contingente (R\$174.300).
- (5) Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da GVTPart. com a expectativa de sinergias futuras da combinação dos negócios da adquirida, que já está sendo utilizado para fins fiscais.

A aquisição do controle da GVTPart. pela Companhia teve como objetivo principal propiciar a integração dos negócios de telecomunicações fixos, móveis, dados e TV no Brasil, de forma a poder operar de maneira eficiente. A aquisição da GVTPart. permite à Companhia obter sinergias significativas em receitas e custos, gerando oportunidades de vendas cruzadas tanto no mercado pessoal quanto no corporativo, além de permitir a otimização de investimentos, melhoria da qualidade do serviço, redução de custos de conteúdo, aquisição e plataforma no negócio de TV por assinatura, devido às economias com o aumento de escala e, por último, na redução das despesas gerais e administrativas, não afetando o potencial de crescimento da Companhia.

Os métodos e premissas utilizados para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM (*"Multi-period Excess Earnings Method"*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada.

O objetivo dessa análise de vidas é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de subsistência dos clientes, foram consideradas as denominadas "curvas de *Iowa*". O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R\$2.523.000, o qual será amortizado pelo prazo médio de 7,77 anos.

Marca

O valor justo da marca "GVT" foi calculado considerando o método de *"relief-from-royalty"*. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os *royalties* que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar *royalties* por sua utilização. A economia de *royalties* foi determinada aplicando-se uma taxa de *royalties* de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de *royalties* de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. O valor justo alocado à marca na data de aquisição foi de R\$59.000, o qual foi amortizado pelo prazo de 1,5 anos.

Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em setembro de 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso ocorra êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos. O valor justo da contraprestação contingente na data de aquisição é de R\$344.217, registrado no passivo não circulante da Companhia no grupo "Empréstimos, Financiamentos e Debêntures" (nota 20), o qual está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

Valor Justo do Passivo Contingente

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade.

Atendendo-se os requerimentos anteriores, foi reconhecido nesta aquisição o montante de R\$512.648 de passivos contingentes a valor justo, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição.

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

b) Bases de Preparação e Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidado, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2018.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelo IFRS.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, bem como ativos não financeiros adquiridos em uma combinação de negócios, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de *hedge* a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge*.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Para a comparabilidade das demonstrações financeiras individuais (demonstrações dos resultados, demonstrações dos resultados abrangentes, demonstrações do valor adicionado e demonstrações dos fluxos de caixa) entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, deve-se levar em conta os efeitos da aquisição da Terra Networks pela TData ocorrida em 3 de julho de 2017 (nota 1.c.1).

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. As seguintes alterações às normas publicadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Melhorias nas IFRS 2014-2016: Os projetos de melhoria anuais fornecem um veículo para fazer alterações não urgentes, mas necessárias nas IFRS, com o objetivo de remover inconsistências e esclarecer a redação. As alterações relacionadas à IFRS 12 - Divulgação de Participações em outras Entidades, visando esclarecer o escopo da norma, entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, enquanto o resto das melhorias entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. As alterações relacionadas à IFRS 12 não têm impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, uma vez que, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui participações classificadas como mantidas para venda, mantidas para distribuição ou como operações descontinuadas.
- Alterações no IAS 7, Iniciativa de divulgação: As alterações no IAS 7 exigem que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as movimentações nos passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo as movimentações decorrentes dos fluxos de caixa, tais como a emissão e liquidação de empréstimos, e movimentações não-caixa, tais como aquisições não pagas, vendas e diferenças cambiais.
- Alterações no IAS 12, Reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas: As alterações esclarecem os requisitos de reconhecimento de impostos diferidos quando a base tributável de um ativo excede seu valor justo.

A Companhia considerou estas alterações na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas anuais, no entanto, não geraram um impacto significativo nos resultados ou na posição financeira da Companhia.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Normas e Emendas a Normas		Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após:
IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018
IFRS15	Receita de Contratos com Clientes	1º de janeiro de 2018
Esclarecimentos à IFRS 15	Receita de Contratos com Clientes, emitida em 12 de abril de 2016	1º de janeiro de 2018
Alterações na IFRS 2	Classificação e Mensuração de Pagamentos Baseados em Ações	1º de janeiro de 2018
Alterações na IFRS 4	Adoção da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2018
Alterações no IAS 40	Transferências de Propriedades de Investimento	1º de janeiro de 2018
IFRIC 22	Transações em Moeda Estrangeira e Contraprestações Antecipadas	1º de janeiro de 2018
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2014-2016	1º de janeiro de 2018
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2015-2017	1º de janeiro de 2019
IFRS 16	Arrendamentos	1º de janeiro de 2019
IFRIC23	Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de renda	1º de janeiro de 2019
Alterações na IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com Compensação Negativa	1º de janeiro de 2019
Alterações no IAS 28	Participações de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures	1º de janeiro de 2019
IFRS 17	Contratos de Seguro	1º de janeiro de 2021
Alterações na IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Adiado Indefinidamente

Com base nas análises realizadas até o momento, a Companhia estima que a adoção de muitas dessas normas, alterações e interpretações não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas no período inicial de adoção. No entanto, para as seguintes normas emitidas, mas ainda não em vigor, existe a expectativa de um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas no momento da sua adoção e prospectivamente.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15 estabelece os requisitos para reconhecer receitas de contratos com clientes. Espera-se que os novos requisitos afetem os seguintes aspectos, entre outros:

- De acordo com a IFRS 15, para os pacotes que combinam vários produtos ou serviços de rede fixa, móvel, dados, *internet* ou televisão, a receita total será alocada a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes em relação à contraprestação total do pacote e será reconhecida quando (ou assim que) a obrigação for satisfeita, independentemente de haver itens não entregues. Isso difere da contabilização atual onde a parcela da contraprestação total que depende da entrega de elementos não entregues não é alocada para os elementos entregues. Consequentemente, quando os pacotes incluem um desconto no equipamento, a adoção desses novos requisitos resultará em um aumento das receitas reconhecidas pela venda de celulares e outros equipamentos, geralmente reconhecidos após a entrega ao cliente final, em detrimento da receita do serviço em curso ao longo de períodos subsequentes. Na medida em que os pacotes são comercializados com desconto, a diferença entre a receita da venda de equipamentos e a contraprestação recebida do cliente antecipadamente será reconhecida como um ativo contratual na demonstração da posição financeira.
- De acordo com a política contábil atual, todas as despesas diretamente relacionadas com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizadas quando incorridas. No entanto, a IFRS 15 exige o reconhecimento de um ativo para esses custos que são incrementais para obter um contrato e que devem ser recuperados e sua posterior amortização no mesmo período que a receita associada a esse ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, que atualmente são contabilizados quando incorridos, serão diferidos de acordo com a IFRS 15, na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.
- Os critérios previstos na IFRS 15 para a distinção entre agente e principal baseiam-se no conceito de transferência de "controle" que pode diferir da noção atualmente aplicada de transferência de "riscos e benefícios". Em função disso, com a adoção da IFRS 15, a Companhia passará a registrar a receita da venda de aparelhos aos *dealers* no momento da sua entrega e não no momento de sua venda ao cliente final.
- Comparada com a norma de receita atual, a IFRS 15 estabelece requisitos mais detalhados sobre como contabilizar as modificações do contrato. Certas mudanças devem ser contabilizadas como uma alteração retrospectiva (ou seja, como continuação do contrato original), enquanto outras modificações devem ser consideradas prospectivamente como contratos separados, como o final do contrato original e a criação de um novo.

Além disso, a IFRS 15 permite dois métodos de transição, ou seja, o método retrospectivo completo e o método retrospectivo modificado com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados na data da adoção inicial. A Companhia adotará o último e os comparativos anteriores ao ano não serão reapresentados; em vez disso, a Companhia divulgará a natureza e o montante das alterações nos itens da demonstração da posição financeira e da demonstração do resultado do período como resultado da adoção da IFRS 15 pela primeira vez.

Também é possível optar por aplicar certos expedientes práticos para facilitar a aplicação dos novos critérios. A Companhia avaliou quais deles serão adotados na implementação da norma com o objetivo de reduzir a complexidade em sua aplicação. Os principais expedientes práticos que a Companhia irá adotar são:

- Contratos concluídos: a Companhia não aplicará a norma retrospectivamente aos contratos concluídos em 1º de janeiro de 2018.

- Abordagem do portfólio: a Companhia aplicará os requisitos da norma para grupos de contratos com características semelhantes, uma vez que, para os grupos identificados, os efeitos não diferem significativamente de uma aplicação em contrato por contrato.
- Componente financeiro: não será considerado significativo quando o período entre o momento em que o bem ou o serviço prometido é transferido para um cliente e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço é de um ano ou menos.
- Custos para obter um contrato: esses custos serão reconhecidos como uma despesa quando incorridos se o período de amortização do ativo que a entidade reconheceria de outra forma é de um ano ou menos.

O processo de implementação dos novos requisitos envolve a introdução de modificações nos sistemas de informação atuais, a implementação de novas ferramentas de TI e mudanças nos processos e controles de todo o ciclo de receita na Companhia. Este processo de implementação implica um alto grau de complexidade devido a fatores como um grande número de contratos, inúmeros sistemas de fontes de dados, bem como a necessidade de fazer estimativas complexas.

A partir da análise realizada nas transações do último exercício, considerando as ofertas comerciais, bem como o volume de contratos afetados, a Companhia estima que a adoção dos novos requisitos de reconhecimento de receita no patrimônio da Companhia deverá resultar em um aumento nos lucros acumulados R\$156 milhões, antes de impostos diferidos, sendo os impactos mais significativos devido às mudanças introduzidas pela IFRS 15 referentes ao primeiro reconhecimento de ativos contratuais que, de acordo com a IFRS 15, levam ao reconhecimento antecipado de receita de venda de bens e a ativação e diferimento dos custos incrementais relacionados à obtenção de contratos e custos de cumprimento do contrato que, de acordo com a IFRS 15, resultam no reconhecimento posterior dos custos de aquisição de clientes e outras despesas de vendas.

Como os efeitos contábeis da transição para o novo padrão serão reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, os efeitos no resultado em 2018 serão relacionados a mudanças no momento em que as receitas e despesas são realizadas. A Companhia espera uma transferência de receitas da prestação de serviços para as receitas da venda de bens, entre 0,3 e 0,7 ponto percentual, partindo do pressuposto de que não há mudanças significativas nos modelos de negócios ou produtos oferecidos.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 é aplicável aos ativos financeiros e passivos financeiros. Em decorrência da análise dos efeitos dos novos requisitos introduzidos por esta norma, certos impactos esperados foram identificados em relação aos seguintes aspectos, entre outros:

- A IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias principais: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio do Outros Resultados Abrangentes (OCI), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não há mudanças significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de mudanças no risco de crédito próprio em OCI para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.
- A IFRS 9 introduz um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável em ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda de crédito esperado, que substitui o modelo atual de perda incorrida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos comerciais. Consequentemente, a aplicação dos novos requisitos provavelmente levará a uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente contas a receber de clientes.
- De acordo com a contabilidade atual, uma cobertura deve ser altamente efetiva, prospectiva e retrospectiva, enquanto a IFRS 9 introduz um modelo contábil novo e menos restritivo de *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* e que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. Do mesmo modo, o novo padrão modifica os critérios de documentação de relacionamentos de *hedge*.

- Além disso, as demonstrações financeiras da Companhia incluirão divulgações mais detalhadas com informações relevantes sobre ativos e passivos financeiros.

Em função da análise da nova norma, a Companhia espera que as principais mudanças se relacionem com documentação de políticas e estratégias de *hedge*, bem como a estimativa e o cronograma de reconhecimento de perdas esperadas em recebíveis de clientes. A Companhia decidiu aplicar a opção que permite não reapresentar os períodos comparativos a serem apresentados no ano da adoção inicial.

Com base na análise realizada até o momento, a Companhia estima que os novos requisitos de *impairment* deverão resultar da adoção inicial em uma redução dos lucros acumulados em R\$354 milhões, antes dos impostos diferidos, decorrente do aumento dos saldos de abertura das provisões por inadimplências de recebíveis de clientes reconhecidas de acordo com o IAS 39.

IFRS 16 - Arrendamentos

A IFRS 16 exige que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes de todos os arrendamentos (exceto arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor) na demonstração da posição financeira.

A Companhia atua como arrendatária em um número muito significativo de contratos de arrendamento sobre diferentes ativos, como torres de terceiros, circuitos, escritórios e lojas e terrenos onde as torres estão localizadas, principalmente. Uma parcela significativa desses contratos é contabilizada como arrendamento operacional de acordo com o atual padrão de arrendamento, sendo os pagamentos de locação geralmente reconhecidos de forma linear ao longo do prazo do contrato.

A Companhia está atualmente no processo de estimar o impacto dessa nova norma em tais contratos. Esta análise inclui uma estimativa do prazo de arrendamento, com base no período não cancelável e os períodos cobertos por opções para estender o contrato de arrendamento, quando o exercício depende apenas da Telefônica e onde esse exercício é razoavelmente certo. Isso dependerá, em grande medida, dos fatos e circunstâncias específicos por classe de ativos no setor de telecomunicações (tecnologia, regulamentação, concorrência, modelo de negócios, entre outros). Além disso, a Companhia adotará premissas para calcular a taxa de desconto, que será principalmente baseada na taxa incremental de juros para o prazo estimado. Por outro lado, a Companhia está considerando não reconhecer separadamente os componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento para as classes de ativos em que os componentes de não arrendamento não são relevantes em relação ao valor total do arrendamento.

Além das estimativas mencionadas, a norma permite dois métodos de transição: retrospectivamente para todos os períodos apresentados, ou usando uma abordagem retrospectiva modificada, onde o efeito cumulativo da adoção é reconhecido na data da aplicação inicial. A Companhia decidiu preliminarmente adotar o último método de transição; portanto, a Companhia reconhecerá o efeito cumulativo da aplicação inicial como um ajuste aos lucros acumulados no ano da adoção inicial da IFRS 16. Além disso, certos expedientes práticos estão disponíveis na primeira aplicação em conexão com o direito de uso, mensuração de ativos, taxas de desconto, *impairment*, arrendamentos que terminam dentro dos doze meses subsequentes à data da primeira adoção, custos iniciais diretos e prazo do contrato de arrendamento. A Companhia está avaliando quais desses expedientes práticos serão adotados. A esse respeito, a Companhia está considerando optar pelo expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um contrato de arrendamento na data da adoção inicial da IFRS 16, mas para aplicar diretamente os novos requisitos a todos os contratos que, nos termos da norma atual, foram identificados como arrendamento.

Devido às diferentes alternativas disponíveis, juntamente com a complexidade das estimativas e o número significativo de contratos de arrendamento, a Companhia ainda não completou o processo de implementação, pelo que atualmente não é possível fazer uma estimativa razoável do impacto da aplicação inicial dos novos requisitos. No entanto, com base no volume de contratos afetados, bem como na magnitude dos compromissos de arrendamentos futuros, conforme divulgado na Nota 32, a Companhia espera que as mudanças introduzidas pela IFRS 16 tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras a partir da data da sua adoção, incluindo o reconhecimento no balanço dos ativos de direito de uso e suas correspondentes obrigações de arrendamento em conexão com a maioria dos contratos que são classificados como arrendamentos operacionais de acordo com as normas atuais. Além disso, a amortização dos ativos de direito de uso e o reconhecimento de custos de juros sobre a obrigação de arrendamento nas demonstrações do resultado substituirão os valores reconhecidos como despesas de locação de acordo com as normas de arrendamento atuais. A classificação dos pagamentos de arrendamentos na demonstração dos fluxos de caixa também será afetada pelos requisitos da nova norma de arrendamento. Por outro lado, as Demonstrações Financeiras da Companhia incluirão divulgações mais amplas com informações relevantes sobre os contratos de arrendamento.

c) Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (nota 11).

A Companhia detinha as seguintes participações societárias diretas em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Investidas	Tipo de investimento	Participação	País (Sede)	Atividade principal
Telefônica Data S.A. ("TData") (1)	Controlada integral	100,00%	Brasil	Telecomunicações
POP Internet Ltda ("POP") (2)	Controlada integral	100,00%	Brasil	Internet
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	Controlada em conjunto	50,00%	Holanda	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada em conjunto	50,00%	Brasil	Exploração de rede subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada em conjunto	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

(1) A TData é a controladora integral da Terra Networks e da Telefônica Transportes e Logística Ltda ("TGLog").

(2) A POP é a controladora integral da Innoweb Ltda ("Innoweb").

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

3) RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e controladas consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Aplicações financeiras se qualificam como equivalente de caixa quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações (nota 4).

b) Contas a Receber

Estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios, publicidade e locação de equipamentos de informática (produto "Soluciona TI" da TData), (nota 5).

As perdas estimadas para redução ao valor recuperável são constituídas em montante suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

c) Estoques

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Incluem aparelhos celulares, *simcards*, cartões pré-pagos, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda (nota 6).

As perdas estimadas para redução ao valor realizável são constituídas para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores às usualmente comercializadas pela Companhia em um período razoável de tempo.

d) Despesas Antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos (nota 9).

e) Investimentos

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações após a aquisição da participação societária. A demonstração dos resultados reflete a parcela dos resultados das operações das investidas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das investidas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controle conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido na Companhia em outros resultados abrangentes ("Efeitos da conversão de investimentos no exterior", nota 22).

f) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. O referido custo está líquido de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), os quais foram registrados como tributos a recuperar e inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhora a funcionalidade ou aumenta a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

O valor presente dos custos estimados a incorrer na desmontagem de ativo imobilizado (torres e equipamentos em imóveis alugados) é capitalizado no custo do correspondente ativo em contrapartida à provisão para desmantelamento de ativos (nota 18) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, a qual não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A vida útil em termos de taxas de depreciação é revisada anualmente.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Segue uma breve descrição dos principais itens que compõem o ativo imobilizado (nota 12):

- Equipamentos de comutação e transmissão: compreendem centrais de comutação e controle, *gateway*, plataformas, estação rádio base, microcélulas, minicélulas, repetidores, antenas, rádios, redes de acesso, concentradoras, cabos, equipamentos de TV e outros equipamentos de comutação e transmissão.
- Equipamentos terminais/modems: compreendem aparelhos celulares e modems (aluguel e comodato), centrais privadas de comutação telefônica, telefones públicos e outros equipamentos terminais.
- Infraestrutura: compreende construções prediais, elevadores, equipamentos de ar-condicionado central, torres, postes, *container*, equipamento de energia, canalização subterrânea, suportes e protetores, benfeitorias em propriedades de terceiros e outros.
- Outros ativos imobilizados: compreendem veículos, ferramentas e instrumentos de reparo e construção, equipamentos de telesupervisão, equipamentos de informática, equipamentos de testes e medidas, mobiliários e outros bens de uso geral.

g) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicáveis. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

- Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

- Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva. Ágios gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

Segue uma breve descrição dos principais itens que compõem o intangível com vida útil definida (nota 13):

- Softwares: compreendem licenças de programas utilizadas para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.
- Carteira de clientes: compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios, registrados pelo valor justo na data da aquisição.
- Marcas: compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios, registrados pelo valor justo na data da aquisição.
- Licenças: compreende licenças de concessão e autorização, adquiridas junto à ANATEL para a prestação dos serviços de telecomunicações. Incluem também, licenças decorrentes de combinação de negócios, registrados pelo valor justo na data da aquisição.

h) Arrendamento Mercantil

A caracterização de um contrato como sendo arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamento mercantil financeiro: são contratos que o arrendatário obtém basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado. Esses contratos são capitalizados (ativo imobilizado) no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos do arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros no passivo reconhecido são apropriados no resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os bens arrendados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada dos bens ou o prazo de locação, o que for menor.

A Companhia e a TData possuem contratos de arrendamento mercantil financeiro, conforme segue:

- Como arrendatária: referem-se a contratos de aluguel de equipamentos e meios de transmissão decorrentes do projeto de construção conjunta com outra operadora, baseado em rede óptica associada à rede de transmissão de energia, interligando cidades na região norte do Brasil ao *backbone* nacional da Companhia e contratos de aluguel de torres e *rooftops* (decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro), para os quais manteve inalterado o valor residual dos mencionados ativos no momento da venda, reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e registrou uma receita diferida no valor da diferença entre o preço de venda e o mencionado valor presente (nota 19).
- Como arrendadora: referem-se a contratos de aluguel de equipamentos de informática (produto "Soluciona TI" da TData), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida nas contas a receber (nota 5).

A diferença entre o valor nominal das parcelas e as contas a receber/pagar registradas é reconhecida como receita/despesa financeira com base no método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato.

Arrendamento mercantil operacional: são contratos de arrendamento em que o arrendador não transfere parte significativa dos riscos e benefícios, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício ao longo do prazo contratual.

i) Análise de Recuperabilidade dos Ativos, Não Financeiros

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada Unidade Geradora de Caixa ("UGC") é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital "*The Capital Asset Pricing Model*" ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGC, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

- Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
- Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: (i) receitas (projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado); (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas); e (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços).

As premissas chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos da Companhia e controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, visto que o valor recuperável excede o seu valor líquido contábil na data de avaliação.

j) Combinações de Negócios e Ágios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos são avaliados com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data da aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração dos resultados.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou passivo deverão ser reconhecidas na demonstração dos resultados. Contraprestação contingente na aquisição de um negócio que não é classificada como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da *IFRS 9*.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para fins de teste de valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à UGC que se espera que seja beneficiada pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida.

k) Instrumentos Financeiros – Reconhecimento Inicial e Mensuração Subsequente

k.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial (quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento), como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; (iv) ativos financeiros disponíveis para venda; ou (v) derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros consolidados da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras em garantia e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado, sendo: (i) ativos financeiros são classificados para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pela norma correspondente; e (ii) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração dos resultados.

Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perda por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos e as perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado financeiro na demonstração dos resultados, se e quando aplicável.

Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda no grupo de outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas acumulados anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos na demonstração dos resultados.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis às diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas na demonstração dos resultados, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixas)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

k.2) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e controladas avaliam na data do encerramento do exercício se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração dos resultados.

k.3) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, é determinada a classificação de seus passivos financeiros dentre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pela norma correspondente.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e controladas não designaram nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixas)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados.

k.4) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e/ou controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia e controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximiza o uso de insumos observáveis relevantes e minimiza o uso de insumos não observáveis.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) a cada encerramento do exercício social.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme descrito anteriormente.

k.5) Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I) Instrumentos Financeiros Derivativos e Contabilidade de Hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda e taxa de juros e contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração dos resultados, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge*, à qual desejam aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia avaliará a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Para fins de contabilidade de *hedge*, podemos classificar como: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* a valor justo.

I.1) Hedges de fluxo de caixa

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a parte eficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes); e (ii) a parte ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração dos resultados quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

Os contratos da Companhia são classificados como *hedges* de fluxo de caixa, quando fornecem proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um passivo reconhecido que possa afetar o resultado, e de valor justo quando fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

I.2) Hedges de valor justo

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados; e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como ajuste do valor contábil do item coberto e reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Para *hedges* a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do *hedge* utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de *hedge* deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de *hedge*.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de *hedge*, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de *hedge* será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda na demonstração dos resultados.

l.3) Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), for mantido por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como não circulante (ou segregado em parcela circulante e não circulante), consistentemente com a classificação do item correspondente.

Os instrumentos financeiros derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

m) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos para sua obtenção e posteriormente mensurados pelo custo amortizado (acrescidos de encargos e juros pró-rata), considerando a taxa de juros efetiva de cada operação.

São classificados como circulante, a menos que a Companhia tenha o direito incondicional de liquidar o passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do encerramento do exercício.

n) Custos de Empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 18 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Companhia não capitalizou montantes relativos a custos de empréstimos.

o) Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos

o.1) Juros sobre o capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagarem juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia e controladas, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira provisionam nos seus livros contábeis o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e, para fins de apresentações destas demonstrações financeiras reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

o.2) Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

p) Provisões

p.1) Geral

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias.

Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

p.2) Provisões para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias

A Companhia e controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

p.3) Provisão para desmantelamento de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os *sites* (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

Estes custos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração dos resultados como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

p.4) Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo.

q) Tributos

q.1) Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

q.2) Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

q.3) Tributos sobre vendas

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS") ou Imposto sobre Serviço Prestado ("ISS") às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações.

As demais receitas auferidas pela Companhia, incluindo as receitas relacionadas à revenda de mercadorias, estão sujeitas à tributação de PIS e COFINS na modalidade não cumulativa e pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

r) Outros Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia ou controladas e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia ou controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: (i) espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) espera-se liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

s) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, as despesas e os custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados no resultado financeiro na demonstração dos resultados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

t) Subvenção e Assistência Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando houver o recebimento de benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração dos resultados ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

Caso os empréstimos ou assistência similares sejam disponibilizados pelos governos ou instituições relacionadas com uma taxa de juros inferior à taxa de mercado atual aplicável, o efeito favorável desses juros é considerado como subsídio adicional do governo.

Para as linhas de financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), cujas taxas de juros são inferiores às taxas praticadas no mercado, enquadram-se no escopo do IAS 20 / CPC 7, as mesmas estão registradas a valor justo com base nas taxas de mercado, sendo o ajuste decorrente da comparação do valor mensurado com base na taxa contratada, contabilizado como receita diferida (nota 19).

u) Reconhecimento das Receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, comunicações, vendas de mercadorias, publicidade e outras receitas, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre as mesmas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão que o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável e que seja provável que benefícios econômicos sejam transferidos à Companhia ou controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia ou controladas.

As receitas consolidadas compreendem basicamente os serviços de telecomunicações de voz, serviços de dados e digitais, banda larga, TV e serviços adicionais que são ofertados aos clientes através de pacotes de tráfego com valor fixo (mensalidade) ou de acordo com o consumo de tráfego realizado pelos clientes, remuneração pelo uso da rede, publicidade e vendas de mercadorias.

u.1) Reconhecimento das receitas de serviços

As receitas correspondentes à prestação de serviços de telecomunicações, dados, digitais e banda larga são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. As receitas não faturadas entre a data do último faturamento até a data do balanço são apuradas e reconhecidas no mês em que o serviço é prestado.

As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos e aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos, são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro (produto Soluciona TI da TData), são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. As receitas são reconhecidas pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS ou ISS (conforme o caso), PIS e COFINS.

u.2) Reconhecimento das receitas e custos de vendas de mercadorias

As receitas e os custos de vendas de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são registrados quando os riscos e benefícios das mercadorias são transferidos aos compradores.

Vendas efetuadas em lojas próprias são reconhecidas no momento da venda ao consumidor final. As receitas e os custos de vendas de mercadorias, realizadas através de agentes credenciados (*dealers*) são diferidas e reconhecidas no resultado quando da ativação do aparelho, limitado a 90 dias da data da venda.

u.3) Programa de fidelização

A Companhia mantém um programa de pontos por fidelidade dos clientes que lhes permitem acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. A parcela da receita referente ao valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferida e reconhecida na demonstração dos resultados no momento do resgate dos pontos.

Para a definição da quantidade de pontos a serem contabilizados, são aplicadas técnicas estatísticas que consideram premissas e históricos sobre taxas de resgate esperadas, percentuais de expiração e cancelamentos de pontos entre outros. Essas estimativas estão sujeitas a variações e incertezas em função de mudanças no comportamento de resgates dos clientes.

u.4) Taxa de adesão e campanhas promocionais

As taxas de habilitação pagas pelos clientes da Companhia para possibilitá-los a participar das campanhas promocionais são diferidas e lançadas no resultado ao longo do período de duração da referida campanha.

u.5) Acordos que combinam mais de um elemento

As ofertas de pacotes comerciais que combinam diferentes elementos são analisadas para determinar se é necessário separar os distintos elementos identificados, aplicando em cada caso o critério de reconhecimento de receitas apropriado. A receita total gerada pela venda do pacote é distribuída entre seus elementos baseados nos respectivos valores justos.

A determinação dos valores justos de cada um dos elementos identificados implica na necessidade de realizar estimativas complexas devido à própria natureza do negócio. A ocorrência de uma mudança nas estimativas dos valores justos relativos poderia afetar a distribuição das receitas entre os componentes e, consequentemente as receitas diferidas.

u.6) Publicidade

As receitas de publicidade veiculada são reconhecidas ao resultado durante o período de veiculação das peças publicitárias.

v) Receitas e Despesas Financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

w) Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego

A Companhia e controladas patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal – NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia ou controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano. Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado para lucros acumulados no patrimônio líquido.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

x) Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas.

As principais premissas relativas às fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são descritas a seguir:

x.1) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia analisa periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização nos ágios e outros ativos. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

x.2) Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

x.3) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

x.4) Ativo imobilizado e intangível de vida útil definida

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

x.5) Reconhecimento de receita – Programa de Fidelização de Cliente

A Companhia estima o valor justo dos pontos atribuídos no âmbito do programa de fidelização de clientes através da aplicação de técnicas estatísticas. As entradas para o modelo incluem fazer suposições sobre as taxas de resgate esperados, o *mix* de produtos que estarão disponíveis para resgate no futuro e preferências dos clientes quanto a utilização dos pontos. Como os pontos emitidos não expiram, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

x.6) Acordos que combinam mais de um elemento

A determinação do valor justo de cada elemento em um acordo de múltiplos elementos, requer estimativas complexas devido à natureza do negócio. Uma possível alteração nas estimativas de valor justo poderia afetar a distribuição das receitas entre os componentes e, conseqüentemente as receitas diferidas.

x.7) Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e controladas.

A Companhia e controladas avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade da Companhia ou controladas de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e controladas, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

x.8) Provisões para demandas judiciais tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia ou controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

x.9) Reconhecimento de receita – receitas de serviços não faturadas

A Companhia possui sistemas de faturamento de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Essas receitas não faturadas são registradas com bases em estimativas, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

y) Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira foram convertidas com base na taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações cambiais decorrentes das operações em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado financeiro na demonstração dos resultados. Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes.

z) Conversão de Transações Denominadas em Moeda Estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio (Ptax) na data da transação e convertidos subsequentemente usando a Ptax na data das demonstrações financeiras que, em 31 de dezembro de 2017, eram: US\$1,00 = R\$3,3080, €1,00 = R\$3,9676, e em 31 de dezembro de 2016, eram: US\$1,00 = R\$3,2591, €1,00 = R\$3,4351. Os ganhos e perdas resultantes da conversão desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos na demonstração do resultado.

aa) Participação dos Empregados nos Resultados

A Companhia e controladas possuem obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados, reconhecendo estas provisões durante o exercício. São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas.

ab) Transações Envolvendo Pagamento em Ações

A Companhia e controladas mensuram o custo de transações liquidadas com ações emitidas pela controladora (Telefônica), para seus dirigentes e empregados baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data de sua outorga, utilizando modelo binomial de valorização. Esse valor justo é debitado na demonstração dos resultados ao longo do período até a aquisição.

ac) Ações em Tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

ad) Informações por Segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

ae) Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Caixa e contas bancárias	114.556	189.445	117.799	198.369
Aplicações financeiras	3.566.617	4.486.182	3.932.539	4.906.741
Total	3.681.173	4.675.627	4.050.338	5.105.110

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

5) CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Valores faturados	6.642.523	6.077.768	6.753.621	6.939.909
Valores a faturar	2.137.645	1.898.630	2.481.364	1.930.708
Valores de interconexão	835.085	1.333.595	859.819	1.345.471
Valores com partes relacionadas (nota 28)	175.201	177.741	201.021	190.906
Contas a receber bruto	9.790.454	9.487.734	10.295.825	10.406.994
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.209.369)	(1.004.512)	(1.433.471)	(1.399.895)
Total	8.581.085	8.483.222	8.862.354	9.007.099

Circulante	8.413.403	8.282.685	8.588.466	8.701.688
Não circulante	167.682	200.537	273.888	305.411

Os saldos consolidados das contas a receber não circulante incluem:

- Em 31 de dezembro de 2017, R\$122.651 (R\$143.265 em 31 de dezembro de 2016), referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 31 de dezembro de 2017, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$16.011 (R\$32.920 em 31 de dezembro de 2016).
- Em 31 de dezembro de 2017, R\$45.031 (R\$57.272 em 31 de dezembro de 2016), referente a parcela das contas a receber decorrente de negociações relativas ao processo de recuperação judicial das empresas do Grupo OI. Em 31 de dezembro de 2017, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$15.535 (R\$10.268 em 31 de dezembro de 2016).
- Em 31 de dezembro de 2017, R\$106.206 (R\$104.874 em 31 de dezembro de 2016), corresponde ao produto "Soluciona TI", comercializado pela TData, que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 31 de dezembro de 2017, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$33.614 (R\$3.005 em 31 de dezembro de 2016).

Os saldos das contas a receber, relativos ao produto "Soluciona TI", contemplam os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Valor nominal a receber	434.743	611.384
Receita financeira não realizada	(33.614)	(3.005)
Valor presente a receber	401.129	608.379
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(154.666)	(344.738)
Valor líquido a receber	246.463	263.641
Circulante	140.257	158.767
Não circulante	106.206	104.874

O cronograma de vencimentos das contas a receber brutas do produto “Soluciona TI” em 31 de dezembro de 2017 era:

	Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
A vencer até um ano	229.981	229.981
A vencer acima de um ano e até cinco anos	204.762	171.148
Total	434.743	401.129

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
A vencer	6.557.992	6.392.442	6.635.125	6.841.752
Vencidas – 1 a 30 dias	1.016.172	1.025.630	1.132.008	1.073.568
Vencidas – 31 a 60 dias	342.779	309.210	375.176	322.485
Vencidas – 61 a 90 dias	224.597	225.132	232.648	227.010
Vencidas – 91 a 120 dias	96.586	110.813	105.342	105.048
Vencidas – mais de 120 dias	342.959	419.995	382.055	437.236
Total	8.581.085	8.483.222	8.862.354	9.007.099

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A seguir, apresentamos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.15	(1.650.112)	(2.217.926)
Ingresso das perdas estimadas (nota 24)	(1.667.359)	(1.843.775)
Reversão das perdas estimadas (nota 24)	441.617	495.554
Baixa pela utilização	2.032.062	2.166.252
Incorporação (nota 1.c2)	(160.720)	-
Saldo em 31.12.16	(1.004.512)	(1.399.895)
Ingresso das perdas estimadas (nota 24)	(1.870.438)	(1.994.769)
Reversão das perdas estimadas (nota 24)	465.353	513.754
Baixa pela utilização	1.200.228	1.456.158
Combinação de negócios (nota 1.c1)	-	(8.719)
Saldo em 31.12.17	(1.209.369)	(1.433.471)

6) ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Materiais para revenda (1)	302.235	335.281	325.850	377.465
Materiais para consumo	55.448	75.086	57.740	77.732
Outros estoques	7.822	7.892	7.822	7.892
Total bruto	365.505	418.259	391.412	463.089
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência (2)	(40.794)	(50.108)	(42.657)	(52.676)
Total	324.711	368.151	348.755	410.413

(1) Inclui estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática, entre outros.

(2) Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 24).

7) TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

a) Tributos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
ICMS (1)	2.438.272	2.317.739	2.450.856	2.329.159
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (2)	401.259	829.160	505.535	830.549
Impostos e contribuições retidos na fonte (3)	212.264	131.915	238.355	157.371
PIS e COFINS	66.335	125.273	85.098	148.759
Fistel, INSS, ISS e outros tributos	8.232	22.775	27.431	38.236
Total	3.126.362	3.426.862	3.307.275	3.504.074
Circulante	2.386.258	2.952.622	2.563.990	3.027.230
Não circulante	740.104	474.240	743.285	476.844

(1) Refere-se aos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (cuja compensação ocorre em 48 meses); em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R\$423.588 e R\$370.770 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

(2) Refere-se aos créditos por antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão compensadas com tributos federais a serem apurados futuramente.

- (3) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

b) Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são apresentados a seguir:

	Controladora									
	Saldos em 31.12.15	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Outros	Incorporação (nota 1 c.2)		Saldos em 31.12.16	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.12.17
Ativo (passivo) diferido										
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	-	1.376	-	-	-	1.376	587.374	-	588.750	
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(155.951)	(716.769)	78.798	(1.516)	705.367	(90.071)	(1.264.191)	56.187	(1.298.075)	
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.681.016	257.288	-	-	282.751	2.221.055	34.032	-	2.255.087	
Fornecedores e outras provisões	535.001	6.702	-	-	66.455	608.158	(19.864)	-	588.294	
Carteira de clientes e marcas	256.056	(62.660)	-	-	119.695	313.091	(58.674)	-	254.417	
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	369.174	(82.284)	-	-	54.645	341.535	69.652	-	411.187	
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	170.132	(10.561)	-	-	122.696	282.267	(82.833)	-	199.434	
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	26.164	1.780	80.459	-	-	108.403	10.498	55.480	174.381	
Participação nos resultados	88.944	31.004	-	-	3.963	123.911	(23.268)	-	100.643	
Provisão para programa de fidelização	32.604	(13.492)	-	-	-	19.112	(1.991)	-	17.121	
Depreciação acelerada contábil	10.865	13.168	-	-	-	24.033	(15.773)	-	8.260	
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	9.364	(11.757)	-	-	13.620	11.227	(107)	-	11.120	
Operações com derivativos	47.911	2.891	(1.633)	-	10.523	59.692	(34.349)	822	26.165	
Licença	(1.204.226)	(216.330)	-	-	-	(1.420.556)	(216.330)	-	(1.636.886)	
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(809.600)	(54.720)	-	-	-	(864.320)	(5.461)	-	(869.781)	
Ágio da Spanish e Navytree	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)	
Ágio da Vivo Part.	(837.918)	(167.202)	-	-	-	(1.005.120)	(167.203)	-	(1.172.323)	
Ágio da GVTPart.	-	(522.228)	-	-	-	(522.228)	(696.305)	-	(1.218.533)	
Lei da Inovação tecnológica	(193.146)	52.206	-	-	-	(140.940)	43.407	-	(97.533)	
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (3)	(757)	59.426	(28)	(1.516)	31.019	88.144	(99.622)	(115)	(11.593)	
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	(155.951)	(715.393)	78.798	(1.516)	705.367	(88.695)	(676.817)	56.187	(709.325)	
Ativo fiscal diferido	3.535.671					4.425.658			4.916.768	
Passivo fiscal diferido	(3.691.622)					(4.514.353)			(5.626.093)	
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(155.951)					(88.695)			(709.325)	
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:										-
Ativo fiscal diferido	-					-			-	
Passivo fiscal diferido	(155.951)					(88.695)			(709.325)	

	Consolidado									
	Saldos em 31.12.15	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 31.12.16	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Combinação de negócios (nota 1.c.1)		
Ativo (passivo) diferido										Saldos em 31.12.17
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	26.519	(12.448)	-	-	14.071	710.411	-	69.451	-	793.933
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	685.071	(748.969)	78.840	(1.516)	13.426	(1.251.816)	58.192	48.434	(86)	(1.131.850)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.954.236	276.100	-	-	2.230.336	68.399	-	-	-	2.298.735
Fornecedores e outras provisões	687.124	(10.001)	-	-	677.123	(25.706)	-	-	-	651.417
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	447.018	(88.213)	-	-	358.805	76.155	-	-	-	434.960
Carteira de clientes e marcas	343.107	(30.015)	-	-	313.092	(58.674)	-	-	-	254.418
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	294.945	(10.268)	-	-	284.677	(83.736)	-	-	-	200.941
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	26.285	1.633	80.501	-	108.419	8.630	57.485	-	-	174.534
Participação nos resultados	106.198	19.058	-	-	125.256	(15.210)	-	-	-	110.046
Provisão para programa de fidelização	32.604	(13.492)	-	-	19.112	(1.991)	-	-	-	17.121
Depreciação acelerada contábil	10.865	13.168	-	-	24.033	(15.773)	-	-	-	8.260
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	10.707	1.392	-	-	12.099	(347)	-	-	-	11.752
Operações com derivativos	59.408	2.358	(1.633)	-	60.133	(35.084)	822	-	-	25.871
Licença	(1.204.226)	(216.330)	-	-	(1.420.556)	(216.330)	-	-	-	(1.636.886)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(809.600)	(54.720)	-	-	(864.320)	(5.461)	-	-	-	(869.781)
Ágio da Spanish e Navytree	(337.535)	-	-	-	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)
Ágio da Vivo Part.	(837.918)	(167.202)	-	-	(1.005.120)	(167.203)	-	-	-	(1.172.323)
Ágio da GVTPart.	-	(522.228)	-	-	(522.228)	(696.305)	-	-	-	(1.218.533)
Lei da Inovação tecnológica	(193.146)	52.206	-	-	(140.940)	43.407	-	-	-	(97.533)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (3)	94.999	(2.415)	(28)	(1.516)	91.040	(126.587)	(115)	48.434	(86)	12.686
Total do passivo diferido	711.590	(761.417)	78.840	(1.516)	27.497	(541.405)	58.192	117.885	(86)	(337.917)
Ativo fiscal diferido	4.153.054				4.541.952					5.288.176
Passivo fiscal diferido	(3.441.464)				(4.514.455)					(5.626.093)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	711.590				27.497					(337.917)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:										
Ativo fiscal diferido	711.590				27.497					371.408
Passivo fiscal diferido	-				-					(709.325)

- (1) Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição. Em 2017, foram registrados acréscimos de R\$587.374 na controladora e R\$779.862 consolidado, composto por R\$587.374 da Companhia e R\$192.488 da Terra Networks e POP.
- (2) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.
- (3) Referem-se a tributos diferidos decorrentes de outras diferenças temporárias, tais como: receitas diferidas, ônus de renovação de licenças, subsídio na venda de aparelhos celulares, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2017, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas indiretas (Innoweb e TGLog) no montante de R\$11.938 (R\$2.993 em 31 de dezembro de 2016), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização dos mesmos.

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa de realizações dos tributos diferidos líquidos, baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

Ano	Controladora	Consolidado
2018	1.768.735	1.904.953
2019	543.722	685.775
2020	332.851	374.379
2021	426.700	442.867
2022	694.083	704.303
2023 em diante	(4.475.416)	(4.450.194)
Total	(709.325)	(337.917)

8) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia e controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Depósitos judiciais				
Tributário	4.074.517	3.698.966	4.230.917	3.758.787
Trabalhista	864.022	1.040.635	885.338	1.051.430
Cível	1.203.297	1.107.929	1.205.807	1.109.001
Regulatório	200.627	276.604	200.627	276.604
Total	6.342.463	6.124.134	6.522.689	6.195.822
Bloqueios judiciais	137.823	152.948	141.116	155.744
Total	6.480.286	6.277.082	6.663.805	6.351.566
Circulante	324.465	302.349	324.638	302.424
Não circulante	6.155.821	5.974.733	6.339.167	6.049.142

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante consolidado de R\$4.230.917 (R\$3.758.787 em 31 de dezembro de 2016). Na nota 18, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os depósitos judiciais mais significativos.

A seguir, apresentamos a composição dos saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 dos depósitos judiciais tributários (segregados e sumarizados por tributo).

	Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação ("EBC")	1.238.068	1.053.867
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")	1.161.061	1.095.789
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	518.474	449.988
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")	484.649	456.977
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")	270.612	176.557
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")	273.264	212.652
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	134.688	128.458
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	45.846	73.848
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	37.965	35.570
Outros impostos, taxas e contribuições	66.290	75.081
Total	4.230.917	3.758.787

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (“EBC”)

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (“Sinditelebrasil”) discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e a TData, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (“FISTEL”)

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem a cobrança realizada pela ANATEL da Taxa de Fiscalização de Instalação (“TFI”) sobre a renovação da validade da licença, bem como a exclusão da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Instalação (“TFI”) e Taxa de Fiscalização e Funcionamento (“TFF”) das estações móveis (celulares) que não são de sua propriedade.

9) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Propaganda e publicidade	335.700	258.212	336.295	258.212
Seguros	36.672	39.008	36.941	39.558
Alugueis	29.713	19.276	29.713	19.276
Manutenção de <i>software</i> e redes	7.422	10.204	12.375	12.283
Tributos, encargos financeiros, pessoal e outras despesas antecipadas	37.475	45.148	54.231	50.193
Total	446.982	371.848	469.555	379.522
Circulante	425.298	336.508	446.439	343.092
Não circulante	21.684	35.340	23.116	36.430

10) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Adiantamentos a empregados e fornecedores	53.103	81.325	58.456	83.634
Créditos com partes relacionadas (nota 28)	557.211	311.633	166.733	250.679
Crédito com fornecedores	114.015	96.065	114.015	99.166
Subsídio na venda de aparelhos celulares	37.258	30.491	37.258	30.491
<i>Superávit</i> de planos de benefícios pós-emprego (nota 30)	9.616	8.838	9.833	9.041
Outros valores a realizar	17.024	20.391	24.037	22.649
Total	788.227	548.743	410.332	495.660
Circulante	701.882	495.380	321.397	440.095
Não circulante	86.345	53.363	88.935	55.565

11) INVESTIMENTOS

a) Informações das Investidas

A Companhia detém participações societárias em subsidiárias integrais (controladas) e de controle em conjunto. A seguir, apresentamos as principais informações das investidas da Companhia.

TData: Controlada integral da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a prestação e exploração de serviços de valor adicionado (SVAs); soluções empresariais integradas em telecomunicações e atividades relacionadas; assistência técnica e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações e elaboração de projetos.

A TData é a controladora integral da TGLog (adquirida em 28 de outubro de 2015 por R\$15.811) e da Terra Networks (adquirida em 3 de julho de 2017 por R\$250.000).

GVTPart.: Controlada integral da Companhia até 31 de março de 2016. A GVTPart. era a controladora integral da GVT, empresa com sede no Brasil, tinha como objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A GVT atuava na prestação de serviços de telefonia fixa, serviços de dados, serviços de comunicação multimídia e televisão por assinatura em todo o território nacional. A GVTPart. foi incorporada pela Companhia em 1º de abril de 2016 (nota 1.c.2).

POP: Controlada integral direta da Companhia a partir de 1º de abril de 2016 (nota 1.c.2), tem como objeto o desenvolvimento de atividades relacionadas a informática, *internet* e quaisquer outras redes; a prestação de serviços de hospedagem e a exploração comercial de *websites* e portais; a manipulação, a disponibilização e a armazenagem de informações e dados; o comércio de *software*, *hardware*, equipamentos de telecomunicação e eletroeletrônicos; o desenvolvimento, o licenciamento e a manutenção de sistemas e rotinas de informação; o desenvolvimento de comércio eletrônico; a criação e a administração de bancos de dados próprios e/ou de terceiros; a comercialização e veiculação de publicidades, propagandas e *banners*; e a participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo ainda celebrar consórcios e/ou outras formas de associação. Até 31 de março de 2016, a POP era controlada pela GVT (nota 1.c.2).

A POP é a controladora integral da Innoweb Ltda (“Innoweb”), que tem como objeto atuar como provedor de *internet*, desenvolver atividades de informação; desenvolver toda forma de atividades de telecomunicações, inclusive a transmissão de voz, dados e informações; comercializar equipamentos e/ou acessórios de telecomunicações e eletroeletrônicos; e a participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo ainda celebrar consórcios e/ou outras formas de associação.

Aliança: Empresa com controle em conjunto, com participação de 50% da Companhia, com sede em Amsterdã, Holanda, tem como objeto a aquisição, gestão de subsidiárias e participações no setor de telecomunicações.

AIX: Empresa com controle em conjunto, com participação de 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

ACT: Empresa com controle em conjunto, com participação de 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

A seguir, apresentamos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação.

	Em 31.12.17					Em 31.12.16				
	Controladas integrais consolidadas		Controladas em Conjunto			Controladas integrais consolidadas		Controladas em Conjunto		
	TData	POP	Aliança	Cia AIX	Cia ACT	TData	POP	Aliança	Cia AIX	Cia ACT
Participação no patrimônio líquido	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Resumo do Balanço Patrimonial:										
Ativo circulante	2.928.721	33.566	167.540	22.431	17	1.414.039	27.407	145.121	20.337	15
Ativo não circulante	749.694	52.761	-	13.410	-	362.195	52.016	-	12.879	-
Total do ativo	3.678.415	86.327	167.540	35.841	17	1.776.234	79.423	145.121	33.216	15
Passivo circulante	1.893.271	47.337	58	4.084	1	633.631	49.535	101	4.029	1
Passivo não circulante	185.794	24	-	4.811	-	63.139	-	-	5.415	-
Patrimônio líquido	1.599.350	38.966	167.482	26.946	16	1.079.464	29.888	145.020	23.772	14
Total do passivo e patrimônio líquido	3.678.415	86.327	167.540	35.841	17	1.776.234	79.423	145.121	33.216	15
Valor contábil do investimento	1.599.350	38.966	83.741	13.473	8	1.079.464	29.888	72.510	11.886	7

	2017					2016					
	Controladas integrais consolidadas		Controladas em Conjunto			Controladas integrais consolidadas			Controladas em Conjunto		
	TData	POP	Aliança	Cia AIX	Cia ACT	TData	POP (1)	GVTPart. (2)	Aliança	Cia AIX	Cia ACT
Resumo da Demonstração de Resultados:											
Receita operacional líquida	4.023.145	29.512	-	45.622	82	2.538.270	32.233	1.531.692	-	42.840	79
Custos e despesas operacionais	(2.311.211)	(16.049)	(43)	(43.448)	(80)	(1.448.225)	(20.142)	(1.300.347)	(155)	(41.760)	(72)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	56.506	1.392	27	1.686	-	86.760	1.217	(41.146)	41	1.980	-
Imposto de renda e contribuição social	(475.614)	(5.777)	-	(686)	-	(404.171)	(6.010)	(57.958)	-	(464)	(1)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.292.826	9.078	(16)	3.174	2	772.634	7.298	132.241	(114)	2.596	6
Valor da equivalência patrimonial, conforme participação societária	1.292.826	9.078	(8)	1.587	1	772.634	7.298	132.241	(57)	1.298	3

(1) Compreende o resultado consolidado da POP para o período de 01/04 a 31/12/16.

(2) Compreende o resultado consolidado da GVTPart. para o período de 01/01 a 31/03/16.

b) Movimentação dos Investimentos

	TData (1)	POP (1)	GVTPart. (1)	Aliança (2)	AIX (2)	ACT (2)	Ágios (3)	Mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora	Outros investimentos (4)	Total de investimentos na controladora	Eliminações	Total de investimentos no consolidado
Saldos em 31.12.15	1.056.305	-	7.674.444	89.799	10.099	4	13.049.199	2.461.583	1.259	24.342.692	(24.241.531)	101.161
Resultado de equivalência patrimonial	772.634	7.298	132.241	(57)	1.298	3	-	(67.641)	-	845.776	(844.532)	1.244
Incorporação (nota 1.c.2)	-	22.590	(7.806.685)	-	-	-	(12.837.141)	(2.393.942)	-	(23.015.178)	23.015.178	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(749.395)	-	-	-	489	-	-	-	-	(748.906)	749.395	489
Outros resultados abrangentes	(80)	-	-	(17.232)	-	-	-	-	83	(17.229)	80	(17.149)
Saldos em 31.12.16	1.079.464	29.888	-	72.510	11.886	7	212.058	-	1.342	1.407.155	(1.321.410)	85.745
Resultado de equivalência patrimonial	1.292.826	9.078	-	(8)	1.587	1	-	-	-	1.303.484	(1.301.904)	1.580
Efeitos da aquisição do Terra Brasil pela TData	(59.029)	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.029)	59.029	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(707.794)	-	-	-	-	-	-	-	-	(707.794)	707.794	-
Outros resultados abrangentes	(6.117)	-	-	11.239	-	-	-	-	338	5.460	6.117	11.577
Saldos em 31.12.17	1.599.350	38.966	-	83.741	13.473	8	212.058	-	1.680	1.949.276	(1.850.374)	98.902

(1) Controladas integrais.

(2) Controladas em conjunto.

(3) Ágios: (i) R\$212.058 oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006; e (ii) R\$12.837.141 da aquisição da GVTPart. (nota 1.c.3).

(4) Os valores de outros investimentos (incentivos fiscais e participações acionárias) estão avaliados pelo valor justo.

12) IMOBILIZADO

a) Composição, Movimentação e Taxas de Depreciação

	Controladora							Total
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	
Taxa anual de depreciação (%)	2,50 a 25,00%	6,67 a 66,67%	2,50 a 66,67%		10,00 a 25,00%			
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.15	14.476.070	1.530.793	3.371.532	313.105	711.085	(155.277)	1.771.768	22.019.076
Adições	355.291	88.653	157.101	215	304.176	(19.858)	5.521.186	6.406.764
Baixas líquidas (2)	(20.447)	(467)	(98.879)	(202)	(751)	21.708	(36.488)	(135.526)
Transferências líquidas	3.693.341	693.367	361.905	-	(38.238)	(3)	(4.776.753)	(66.381)
Depreciação (nota 24)	(2.581.663)	(1.303.734)	(504.787)	-	(357.263)	-	-	(4.747.447)
Incorporação (nota 1.c.2)	6.309.033	1.572.567	428.622	2.601	159.039	(331.956)	221.157	8.361.063
Saldo em 31.12.16	22.231.625	2.581.179	3.715.494	315.719	778.048	(485.386)	2.700.870	31.837.549
Adições	42.997	141.132	91.160	550	238.989	(37.278)	6.062.652	6.540.202
Baixas líquidas	(88.764)	(7.602)	(6.691)	(1.916)	(2.571)	162.224	(17.527)	37.153
Transferências líquidas	3.634.293	1.471.431	619.008	-	15.453	132.578	(5.891.972)	(19.209)
Depreciação (nota 24)	(3.011.178)	(1.466.459)	(541.289)	-	(264.237)	-	-	(5.283.163)
Saldo em 31.12.17	22.808.973	2.719.681	3.877.682	314.353	765.682	(227.862)	2.854.023	33.112.532
Em 31.12.16								
Custo	70.781.587	15.246.317	14.944.006	315.719	4.181.817	(485.386)	2.700.870	107.684.930
Depreciação acumulada	(48.549.962)	(12.665.138)	(11.228.512)	-	(3.403.769)	-	-	(75.847.381)
Total	22.231.625	2.581.179	3.715.494	315.719	778.048	(485.386)	2.700.870	31.837.549
Em 31.12.17								
Custo	74.092.109	16.797.604	15.628.384	314.353	4.404.945	(227.862)	2.854.023	113.863.556
Depreciação acumulada	(51.283.136)	(14.077.923)	(11.750.702)	-	(3.639.263)	-	-	(80.751.024)
Total	22.808.973	2.719.681	3.877.682	314.353	765.682	(227.862)	2.854.023	33.112.532

	Consolidado							Total
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	
Taxa anual de depreciação (%)	2,50 a 25,00%	6,67 a 66,67%	2,50 a 66,67%		10,00 a 25,00%			
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.15	20.935.963	3.146.109	3.655.951	315.705	1.066.452	(494.149)	1.850.734	30.476.765
Adições	634.635	203.775	159.081	215	288.666	(19.962)	5.543.398	6.809.808
Baixas líquidas (2)	(24.236)	(816)	(99.437)	(201)	3.059	28.539	(38.959)	(132.051)
Transferências líquidas	3.473.332	677.572	523.995	-	(159.702)	(3)	(4.625.143)	(109.949)
Depreciação (nota 24)	(2.787.820)	(1.438.333)	(514.383)	-	(379.119)	-	-	(5.119.655)
Saldo em 31.12.16	22.231.874	2.588.307	3.725.207	315.719	819.356	(485.575)	2.730.030	31.924.918
Adições	42.999	141.132	91.160	550	259.620	(37.374)	6.085.487	6.583.574
Baixas líquidas	(88.766)	(7.602)	(6.966)	(1.916)	(2.522)	162.319	(18.897)	35.650
Transferências líquidas	3.634.293	1.471.431	619.008	-	34.093	132.578	(5.910.612)	(19.209)
Depreciação (nota 24)	(3.011.291)	(1.468.936)	(544.454)	-	(284.983)	-	-	(5.309.664)
Combinação de negócios (nota 1.c.1)	-	-	1.342	-	4.888	-	817	7.047
Saldo em 31.12.17	22.809.109	2.724.332	3.885.297	314.353	830.452	(228.052)	2.886.825	33.222.316
Em 31.12.16								
Custo	70.789.534	15.294.619	15.023.890	315.719	4.308.718	(485.575)	2.730.030	107.976.935
Depreciação acumulada	(48.557.660)	(12.706.312)	(11.298.683)	-	(3.489.362)	-	-	(76.052.017)
Total	22.231.874	2.588.307	3.725.207	315.719	819.356	(485.575)	2.730.030	31.924.918
Em 31.12.17								
Custo	74.100.056	16.845.903	15.728.808	314.353	4.687.395	(228.052)	2.886.825	114.335.288
Depreciação acumulada	(51.290.947)	(14.121.571)	(11.843.511)	-	(3.856.943)	-	-	(81.112.972)
Total	22.809.109	2.724.332	3.885.297	314.353	830.452	(228.052)	2.886.825	33.222.316

- (1) A Companhia e controladas reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.
- (2) As baixas líquidas de "Infraestrutura e Bens e Instalações em Andamento" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, incluem o montante de R\$99.210 referente à transação de alienação de 1.655 torres de propriedade da Companhia para a Telxius Torres Brasil Ltda, sociedade controlada direta da Telefónica.

b) Taxas de Depreciação

Em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, a Companhia realizou em 2017 e 2016 avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados do mercado. Os resultados destas avaliações não indicaram a necessidade de alterações nas vidas úteis em 2017.

Com relação a 2016, estas avaliações indicaram a necessidade de alterações nas vidas úteis e taxas anuais de depreciação de alguns itens das classes de ativos. Essas alterações nas estimativas contábeis foram aplicadas, reduzindo a despesa de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em R\$157.053.

c) Bens do Imobilizado em Garantia

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$176.591 (R\$203.600 em 31 de dezembro de 2016).

d) Bens Reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$8.763.355 (R\$8.813.916 em 31 de dezembro de 2016), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

e) Arrendamento Financeiro

Em 31 de dezembro de 2017, as classes de equipamentos de comutação e transmissão, infraestrutura e outros ativos imobilizados incluíam os valores residuais líquidos de R\$280.103 (R\$298.604 em 31 de dezembro de 2016), em que a Companhia é arrendatária de operações *leasing* financeiro.

13) INTANGÍVEL

a) Composição, Movimentação e Taxas de Amortização

	Controladora								
	Vida útil indefinida	Vida útil definida							
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Perdas estimadas para softwares	Softwares em andamento	Total
Taxa anual de amortização (%)		20,00	11,76	5,13	3,60 a 6,67	20,00			
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.15	10.013.222	2.162.935	861.310	1.242.025	15.635.082	6.495	-	76.471	29.997.540
Adições (1)	-	615.462	-	-	185.450	11.815	(4.550)	519.563	1.327.740
Baixas líquidas	-	(3)	-	-	-	-	-	-	(3)
Transferências líquidas	-	617.232	-	-	-	(17.693)	(31)	(532.609)	66.899
Amortização (nota 24)	-	(922.275)	(507.102)	(107.149)	(922.564)	(6.287)	-	-	(2.465.377)
Incorporação (nota 1.c.2)	12.837.141	219.856	2.207.012	22.944	-	56.368	-	-	15.343.321
Saldo em 31.12.16	22.850.363	2.693.207	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.698	(4.581)	63.425	44.270.120
Adições	-	260.777	-	-	-	207	-	1.100.785	1.361.769
Baixas líquidas	-	(7.425)	-	-	-	-	4.051	-	(3.374)
Transferências líquidas	-	701.545	-	-	-	(24.297)	31	(658.070)	19.209
Amortização (nota 24)	-	(943.704)	(582.357)	(84.205)	(928.362)	(5.660)	-	-	(2.544.288)
Saldo em 31.12.17	22.850.363	2.704.400	1.978.863	1.073.615	13.969.606	20.948	(499)	506.140	43.103.436
Em 31.12.16									
Custo	22.850.363	14.019.938	4.513.278	1.658.897	20.237.572	267.065	(4.581)	63.425	63.605.957
Amortização acumulada	-	(11.326.731)	(1.952.058)	(501.077)	(5.339.604)	(216.367)	-	-	(19.335.837)
Total	22.850.363	2.693.207	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.698	(4.581)	63.425	44.270.120
Em 31.12.17									
Custo	22.850.363	14.966.763	4.513.278	1.658.897	20.237.572	238.193	(499)	506.140	64.970.707
Amortização acumulada	-	(12.262.363)	(2.534.415)	(585.282)	(6.267.966)	(217.245)	-	-	(21.867.271)
Total	22.850.363	2.704.400	1.978.863	1.073.615	13.969.606	20.948	(499)	506.140	43.103.436
Consolidado									
	Vida útil indefinida	Vida útil definida							
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Perdas estimadas para softwares	Softwares em andamento	Total
Taxa anual de amortização (%)		20,00 a 50,00	11,76 a 12,85	5,13 a 66,67	3,60 a 6,67	6,67 a 20,00			
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.15	23.062.421	2.385.723	3.154.501	1.274.803	15.635.082	18.190	-	76.471	45.607.191
Adições (1)	-	634.528	-	-	185.450	19.796	(4.550)	519.563	1.354.787
Baixas líquidas	-	24	-	-	-	(11)	(31)	-	(18)
Transferências líquidas	-	616.336	-	-	-	19.207	-	(532.609)	102.934
Amortização (nota 24)	-	(942.090)	(593.281)	(116.983)	(922.564)	(6.480)	-	-	(2.581.398)
Saldo em 31.12.16	23.062.421	2.694.521	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.702	(4.581)	63.425	44.483.496
Adições	-	276.390	-	-	-	207	-	1.100.785	1.377.382
Baixas líquidas	-	(7.427)	-	-	-	-	4.051	-	(3.376)
Transferências líquidas	-	701.545	-	-	-	(24.297)	31	(658.070)	19.209
Amortização (nota 24)	-	(944.753)	(582.357)	(84.205)	(928.362)	(5.660)	-	-	(2.545.337)
Combinação de negócios (nota 1.c.1)	-	530	-	-	-	-	-	-	530
Saldo em 31.12.17	23.062.421	2.720.806	1.978.863	1.073.615	13.969.606	20.952	(499)	506.140	43.331.904
Em 31.12.16									
Custo	23.062.421	14.062.127	4.513.278	1.658.897	20.237.572	267.074	(4.581)	63.425	63.860.213
Amortização acumulada	-	(11.367.606)	(1.952.058)	(501.077)	(5.339.604)	(216.372)	-	-	(19.376.717)
Total	23.062.421	2.694.521	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.702	(4.581)	63.425	44.483.496
Em 31.12.17									
Custo	-	15.125.532	4.513.278	1.658.897	20.237.572	238.201	(499)	506.140	42.279.121
Amortização acumulada	23.062.421	(12.404.726)	(2.534.415)	(585.282)	(6.267.966)	(217.249)	-	-	1.052.783
Total	23.062.421	2.720.806	1.978.863	1.073.615	13.969.606	20.952	(499)	506.140	43.331.904

- (1) Em 17 de dezembro de 2015, a Companhia foi vencedora em sete lotes na frequência de 2.500MHz, tendo ofertado o montante de R\$185.450. Em 21 de julho de 2016, através dos atos nº 2.483, nº 2.485 e nº 2.486, o Conselho Diretor da ANATEL homologou o uso destas radiofrequências. Os termos de autorização destas faixas de radiofrequências foram assinados em 26 de julho de 2016 e publicados no DOU em 26 de agosto de 2016.

b) Composição dos Ágios

	Controladora	Consolidado
Ajato Telecomunicação Ltda.	149	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (1)	-	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (2)	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (3)	780.693	780.693
Vivo Participações S. A. (4)	9.160.488	9.160.488
GVT Participações S. A. (5)	12.837.141	12.837.141
Total	22.850.363	23.062.421

- (1) Ágio gerado da cisão parcial Spanish e Figueira, vertido para a Companhia pela incorporação da Telefônica Data Brasil Holding (TDBH) ocorrida em 2006.
- (2) Ágio gerado na aquisição da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações) ocorrida em 2004.
- (3) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytreet) ocorrida em 2008.
- (4) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Vivo Participações ocorrida em 2011.
- (5) Ágio gerado na aquisição da GVT Participações ocorrida em 2015 (nota 1.c.3).

c) Teste de Recuperabilidade dos Ágios

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa foram baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do IAS 36 / CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 4,5% e 5,0% em 2017 e 2016, respectivamente. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto antes dos tributos de 13,58% em 2017 (14,75% em 2016), também em valores nominais.

A taxa de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados foi de 4,0% em 31 de dezembro de 2017 e (4,5% em 31 de dezembro de 2016).

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e 2016, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

c.1) Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso:

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:

- Crescimento da Receita: é baseado na observação do comportamento histórico de cada linha de receita, bem como em tendências baseadas em análise de mercado. As projeções das receitas diferem muito entre as linhas de produtos e serviços com tendência de maior crescimento em serviços de banda larga, TV paga e TI comparadas com os serviços de voz (fixa).
- Evolução da margem operacional: leva em consideração a margem histórica, estimativa de correção de preços, assim como os projetos em andamento com o objetivo de maior eficiência de custos.
- Volume de CapEx: foram considerados os projetos em andamento visando a melhor eficiência de utilização de CapEx associado a necessidade de incremento de capacidade e cobertura alinhados com a evolução de receitas previstas no plano de longo prazo. O volume de CapEx também pode ser impactado pela evolução da inflação e variação cambial.
- Taxas de desconto: representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta.

c.2) Sensibilidade a mudanças nas premissas

A Companhia emprega uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste.

A seguir apresentamos as variações (aumentos/diminuições), expressas em pontos percentuais (p.p) que foram assumidas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

<u>Variações nas principais premissas</u>	<u>Em pontos percentuais</u>
Variações financeiras	
Taxa de desconto	+/- 1,0
Taxas de crescimento na perpetuidade	+/- 0,5
Variações operacionais	
Margem OIBDA	+/- 2,0
Margem de Capex / Receita	+/- 1,0

A análise de sensibilidade empregada no final dos exercícios de 2017 e 2016 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que com os limites acima, bem razoáveis, nenhuma perda seria reconhecida.

14) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Salários e remunerações	37.070	54.525	40.171	55.476
Encargos e benefícios sociais	354.467	375.249	399.229	384.073
Participação de empregados nos resultados	247.501	282.134	273.384	285.887
Planos de remuneração baseados em ações (nota 29)	31.567	45.906	33.880	46.223
Total	670.605	757.814	746.664	771.659
Circulante	648.957	746.798	723.380	760.643
Não circulante	21.648	11.016	23.284	11.016

15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Fornecedores diversos (Opex, Capex, Serviços e Mercadorias)	6.380.614	6.270.535	6.683.503	6.617.240
Valores a repassar (operadoras, cobilling)	183.250	314.959	187.976	314.958
Interconexão / interligação (1)	224.777	369.715	224.777	369.715
Partes relacionadas (nota 28)	1.772.203	656.093	350.844	381.240
Total	8.560.844	7.611.302	7.447.100	7.683.153
Circulante	8.560.844	7.539.395	7.447.100	7.611.246
Não circulante	-	71.907	-	71.907

(1) Em 31 de dezembro de 2016, o montante registrado como não circulante, referia-se a uma demanda judicial movida contra uma operadora de SMP com o pleito de redução do valor de VU-M. Em maio de 2017, o montante atualizado de R\$71.956 foi levantado a favor da operadora, após a composição de acordo entre as partes.

16) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	4.479	11.520
ICMS	1.106.507	1.187.244	1.149.137	1.226.172
PIS e COFINS	385.501	371.838	419.589	412.149
Fust e Funttel	93.869	92.828	93.869	92.828
ISS, CIDE e outros tributos	102.327	67.420	113.689	77.193
Total	1.688.204	1.719.330	1.780.763	1.819.862
Circulante	1.669.741	1.698.334	1.731.315	1.770.731
Não circulante	18.463	20.996	49.448	49.131

17) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

a) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber

a.1) Composição:

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha R\$323.206 a receber da TData, referente a dividendos mínimos obrigatórios de 2017.

a.2) Movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.15	18.645	489
Dividendos complementares de 2015 da TData	389.395	-
Dividendos intermediários de 2016	360.003	3
Reversão de dividendos deliberados pela AIX	(489)	(489)
Recebimentos de dividendos e JSCP	(767.554)	(3)
Saldo em 31.12.16	-	-
Dividendos complementares de 2016 da TData	384.588	-
Dividendos mínimos obrigatórios de 2017 da TData	323.206	-
Recebimento de dividendos da TData	(384.588)	-
Saldo em 31.12.17	323.206	-

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de Controlada estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Investimentos”.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar

b.1) Composição:

	Controladora/Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Telefônica Latinoamérica Holding, S.L.	505.750	454.583
Telefônica S.A.	609.003	547.390
SP Telecomunicações Participações Ltda	383.933	345.090
Telefônica Chile S.A.	1.070	962
Acionistas não controladores	896.360	847.006
Total	2.396.116	2.195.031

b.2) Movimentação:

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31.12.15	2.209.362
Dividendos complementares de 2015	1.287.223
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	1.846.323
Prescrição de dividendos e JSCP	(189.471)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(2.966.384)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	7.978
Saldo em 31.12.16	2.195.031
Dividendos complementares de 2016	1.913.987
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	2.054.143
Prescrição de dividendos e JSCP	(101.778)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(3.668.551)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	3.284
Saldo em 31.12.17	2.396.116

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

18) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia e controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e provisão para desmantelamento.

Controladora							
	Provisões para demandas judiciais				Passivo contingente (PPA) (1)	Provisão para desmantelamento (2)	Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório			
Saldos em 31.12.15	1.140.492	2.684.924	965.730	595.028	286.983	298.751	5.971.908
Ingressos (resultado) (nota 25)	588.104	126.438	674.733	123.532	-	-	1.512.807
Baixas por reversão (resultado) (nota 25)	(148.073)	(51.841)	(341.290)	(10.551)	(8.049)	(20.551)	(580.355)
Outros ingressos	-	100.314	7.826	-	-	162.628	270.768
Baixas por pagamento	(394.473)	(146.628)	(526.853)	(2.561)	(11.240)	-	(1.081.755)
Atualização monetária	153.284	382.002	211.800	71.785	58.565	11.462	888.898
Incorporação (nota 1.c.2)	35.236	14.597	46.284	51.701	555.486	89.541	792.845
Saldos em 31.12.16	1.374.570	3.109.806	1.038.230	828.934	881.745	541.831	7.775.116
Ingressos (resultado) (nota 25)	804.537	215.999	745.656	271.124	-	-	2.037.316
Baixas por reversão (resultado) (nota 25)	(507.861)	(69.269)	(307.406)	(72.780)	(89.230)	-	(1.046.546)
Outros ingressos (reversões)	-	100.252	(1.098)	-	-	20.765	119.919
Baixas por pagamento	(860.698)	(158.783)	(548.521)	(6.873)	-	-	(1.574.875)
Baixas por compensação de tributos (3)	-	(66.027)	-	-	-	-	(66.027)
Atualização monetária	143.771	342.922	120.574	83.387	53.281	12.129	756.064
Saldos em 31.12.17	954.319	3.474.900	1.047.435	1.103.792	845.796	574.725	8.000.967
Em 31.12.16							
Circulante	202.113	-	205.831	775.679	-	-	1.183.623
Não circulante	1.172.457	3.109.806	832.399	53.255	881.745	541.831	6.591.493
Em 31.12.17							
Circulante	239.229	-	201.673	994.009	-	-	1.434.911
Não circulante	715.090	3.474.900	845.762	109.783	845.796	574.725	6.566.056

Consolidado							
	Provisões para demandas judiciais				Passivo contingente (PPA) (1)	Provisão para desmantelamento (2)	Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório			
Saldos em 31.12.15	1.166.151	2.736.191	1.010.356	642.695	843.882	405.421	6.804.696
Ingressos (resultado) (nota 25)	611.776	126.446	690.470	126.514	-	-	1.555.206
Baixas por reversão (resultado) (nota 25)	(153.758)	(53.616)	(343.016)	(10.552)	(9.088)	(32.924)	(602.954)
Outros ingressos	958	100.314	7.897	-	-	162.628	271.797
Baixas por pagamento	(396.894)	(159.039)	(538.309)	(2.580)	(11.240)	-	(1.108.062)
Atualização monetária	154.724	379.385	211.959	72.857	58.191	11.462	888.578
Saldos em 31.12.16	1.382.957	3.129.681	1.039.357	828.934	881.745	546.587	7.809.261
Ingressos (resultado) (nota 25)	809.754	226.125	748.620	271.124	-	-	2.055.623
Baixas por reversão (resultado) (nota 25)	(512.583)	(71.684)	(309.927)	(72.780)	(89.230)	-	(1.056.204)
Outros ingressos (reversões)	(492)	93.596	207	-	-	20.765	114.076
Baixas por pagamento	(865.656)	(168.407)	(551.928)	(6.873)	-	-	(1.592.864)
Baixas por compensação de tributos (3)	-	(66.027)	-	-	-	-	(66.027)
Atualização monetária	147.334	348.393	123.487	83.387	53.281	12.129	768.011
Combinação de negócios (nota 1.c.1)	19.282	87.531	6.061	-	-	-	112.874
Saldos em 31.12.17	980.596	3.579.208	1.055.877	1.103.792	845.796	579.481	8.144.750
Em 31.12.16							
Circulante	202.113	-	205.831	775.679	-	-	1.183.623
Não circulante	1.180.844	3.129.681	833.526	53.255	881.745	546.587	6.625.638
Em 31.12.17							
Circulante	239.229	-	201.673	994.009	-	-	1.434.911
Não circulante	741.367	3.579.208	854.204	109.783	845.796	579.481	6.709.839

- (1) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Participações em 2011 e da GVTPart em 2015.
- (2) Referem-se aos custos a serem incorridos na eventual necessidade de devolver aos proprietários os sites (localidades destinadas a instalações de torres, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.
- (3) Refere-se aos valores de tributos sobre prejuízos fiscais utilizados na compensação de provisões tributárias, decorrentes da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) pela Companhia.

a) Provisões e Contingências Trabalhistas

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Provisões prováveis	954.319	1.374.570	980.596	1.382.957
Contingências possíveis	210.211	275.483	261.876	293.146

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados ("PAMA"), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referente a estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

b) Provisões e Contingências Tributárias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Provisões prováveis	3.474.900	3.109.806	3.579.208	3.129.681
Federais	420.128	343.353	502.153	343.353
Estaduais	231.667	226.571	231.998	226.571
Municipais	32.054	30.519	32.054	30.519
FUST, FISTEL e EBC	2.791.051	2.509.363	2.813.003	2.529.238
Contingências possíveis	34.029.094	29.539.669	35.388.910	30.050.578
Federais	7.936.925	5.917.148	8.226.374	5.931.022
Estaduais	18.015.683	14.999.333	18.968.349	15.389.802
Municipais	542.084	852.926	548.014	853.244
FUST, FUNTTEL, FISTEL e EBC	7.534.402	7.770.262	7.646.173	7.876.510

b.1) Provisões tributárias prováveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e outros tributos (FUST, FISTEL e EBC), descritos a seguir:

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre *royalties*; (iii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (iv) compensação de FINSOCIAL; e (v) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$502.153 (R\$343.353 em 31 de dezembro de 2016).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas a ICMS, sendo: (i) glosa de créditos de ICMS; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota de ICMS; (v) ICMS sobre locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados); e (vi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$231.998 (R\$226.571 em 31 de dezembro de 2016).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, relativas a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (iii) retenção de ISS sobre serviços de empreitada.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$32.054 (R\$30.519 em 31 de dezembro de 2016).

FUST, FISTEL e EBC

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, relativas a: (i) não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST; (ii) exclusão da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") e Taxa de Fiscalização e Funcionamento ("TFF") das estações móveis (celulares) que não são de sua propriedade; e (iii) Contribuição para o fomento da radiofusão pública (EBC).

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$2.813.003 (R\$2.529.238 em 31 de dezembro de 2016).

b.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e outros tributos (FUST, FUNTTEL, FISTEL e EBC), descritos a seguir:

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS (contribuição previdenciária) sobre: (a) remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”; (b) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE) e (c) retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iii) IRRF e CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) IRPJ e CSLL, glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (v) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (vi) PIS e COFINS regime de competência versus regime de caixa; (vii) IRPJ - FINOR, FINAN ou FUNRES; (viii) IRPJ e CSLL, glosa das despesas relacionadas ao ágio da reestruturação societária da Terra Networks e da Vivo S.A. e do ágio decorrente das operações de incorporação da Navytree, TDBH, VivoPart e GVTPart; (ix) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº. 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; (x) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como “*Fixed access unit*” (unidade de acesso fixo); (xi) PIS e COFINS sobre serviços de valor agregado e serviço de assinatura mensal; (xii) INSS, *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (xiii) IOF, exigência relativa as operações de mútuo, *intercompany* e operações de crédito; e (xiv) glosa de despesas operacionais supostamente não dedutíveis e relacionadas às perdas estimadas para o valor recuperável das contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$8.226.374 (R\$5.931.022 em 31 de dezembro de 2016).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de bens móveis; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) estorno de crédito de ICMS relativo à obtenção de bens destinados ao ativo imobilizado e cobrança de ICMS na transferência interestadual de bens de ativo imobilizado entre as filiais; (iv) estorno de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) cobrança diferida do ICMS interconexão (Detraf); (xii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiii) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xiv) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xv) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvi) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xvii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xviii) multa Detraf; (xix) consumo próprio; (xx) isenção de órgãos públicos; (xxi) ICMS sobre os valores dados a título de descontos; (xxii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxiii) ICMS sobre assinatura mensal; (xxiv) sobre serviços não medidos; e (xxv) ICMS sobre serviços de publicidade.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$18.968.349 (R\$15.389.802 em 31 de dezembro de 2016).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS sobre retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Latino America Holding; (x) ISS sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (xi) ISS sobre prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; e (xii) ISS sobre processamento de dados e congêneres antivírus.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$548.014 (R\$853.244 em 31 de dezembro de 2016).

FUST, FUNTTEL, FISTEL e EBC

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada ("EILD") na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$4.316.571 (R\$4.089.065 em 31 de dezembro de 2016).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/00 e o Decreto nº 3.737/01, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/13.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$493.867 (R\$1.190.637 em 31 de dezembro de 2016).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (a) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado e (b) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$2.556.443 (R\$2.352.000 em 31 de dezembro de 2016).

Contribuição a Empresa Brasil de Comunicação ("EBC")

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ("Sinditelebrasil") discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08.

Diversas notificações de lançamento de débito foram lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$279.292 (R\$244.808 em 31 de dezembro de 2016).

c) Provisões e Contingências Cíveis

<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>Valores envolvidos</u>			
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Provisões prováveis	1.047.435	1.038.230	1.055.877	1.039.357
Contingências possíveis	2.840.894	2.573.459	2.858.796	2.574.836

c.1) Provisões cíveis prováveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia e/ou controladas estão envolvidas em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2017 o montante consolidado provisionado era de R\$324.232 (R\$256.276 em 31 de dezembro de 2016).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de dezembro de 2017 o montante consolidado provisionado era de R\$296.169 (R\$386.699 em 31 de dezembro de 2016).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2017, o montante consolidado provisionado era de R\$435.476 (R\$396.382 em 31 de dezembro de 2016).

c.2) Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia ("PAMA") e em síntese, restabelecimento ao "*status quo*" anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou a sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Cíveis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação ("FENAPAS"), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o "*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor ("PROCON"), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2017, o montante consolidado era de R\$2.827.071 (R\$2.559.252 em 31 de dezembro de 2016).

- A TGLog (empresa controlada pela TData) é parte no processo de ação de execução cível que tramita na 3ª Vara Cível de Barueri – SP pela alegação do descumprimento contratual de transportes de mercadorias. Em 31 de dezembro de 2017, o montante era de R\$178 (R\$1.377 em 31 de dezembro de 2016).
- A Terra Networks (empresa controlada pela TData) é parte em: (i) ação movida por fornecedor referente a transmissão de eventos; (ii) multa do PROCON (ação anulatória); (iii) ação indenizatória relativa ao uso de conteúdo; (iv) ação ECAD relativa a cobrança de direitos autorais; e (v) ações reclamatórias movidas por ex-assinantes relativas a cobrança não reconhecida, cobrança de valor indevido e descumprimento contratual. Em 31 de dezembro de 2017, o montante era de R\$17.340.
- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor (“SAC”). Atualmente temos algumas ações (processos administrativos e judiciais). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o montante era de R\$14.207.
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (“Lune”), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (“Bina”), com multa diária de R\$10.000,00 (Dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova perícia. No presente momento, aguardamos o julgamento do agravo regimental interposto contra decisão anterior ao acórdão, que rejeitou o pedido de ingresso dos antigos advogados da Lune como assistentes da parte autora. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são rés em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo estão em conformidade com as normas da ANATEL.

d) Provisões e Contingências Regulatórias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Provisões prováveis	1.103.792	828.934	1.103.792	828.934
Contingências possíveis	5.065.907	5.018.205	5.065.907	5.018.205

d.1) Provisões regulatórias prováveis

A Companhia figura como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2017, o montante consolidado provisionado era de R\$1.103.792 (R\$828.934 em 31 de dezembro de 2016).

d.2) Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

- A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2017 o montante consolidado era de R\$5.065.907 (R\$5.018.205 em 31 de dezembro de 2016).
- Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre parte de suas receitas em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão e outras receitas operacionais não devem integrar a base de cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

d.3) Termo de ajustamento de conduta ("TAC")

O Conselho Diretor da ANATEL aprovou, no dia 27 de outubro de 2016, o TAC da Companhia. Em 27 de setembro de 2017, este instrumento foi julgado pelo Tribunal de Contas da União ("TCU"), com a instrução de recomendações e determinações à ANATEL para o prosseguimento da análise do instrumento.

e) Garantias

A Companhia e controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Consolidado					
	31.12.17			31.12.16		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	176.591	6.663.805	1.669.476	203.600	6.351.566	1.948.088
Total	176.591	6.663.805	1.669.476	203.600	6.351.566	1.948.088

Em 31 de dezembro de 2017, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$69.764 (R\$67.393 em 31 de dezembro de 2016).

19) RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Serviços e mercadorias (1)	301.292	389.706	301.292	389.706
Alienação de ativos imobilizados (2)	165.162	227.397	165.162	227.397
Receita de habilitação (3)	7.477	44.117	7.959	44.914
Programa de fidelização (4)	50.354	56.210	50.354	56.210
Subvenções governamentais (5)	115.379	133.300	115.379	133.300
Outras (6)	81.466	89.544	83.052	90.112
Total	721.130	940.274	723.198	941.639
Circulante	370.493	428.488	372.561	429.853
Não circulante	350.637	511.786	350.637	511.786

- (1) Refere-se principalmente aos saldos de recargas de pré-pagos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes. Inclui também, o saldo do contrato que a Companhia celebrou para a exploração industrial de rede móvel, de sua propriedade, por outra operadora do SMP nas Regiões I, II e III do plano geral de autorizações, a qual se destina, exclusivamente, à prestação do SMP pela operadora a seus clientes.
- (2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- (3) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na base.
- (4) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
- (5) Refere-se aos valores de: i) subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de linha de financiamento junto ao BNDES, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e; ii) subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.
- (6) Inclui os saldos do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDS).

20) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Empréstimos e Financiamentos

Controladora / Consolidado										
Informações em 31 de dezembro de 2017					31.12.17			31.12.16		
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Garantias	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local					1.478.656	2.237.192	3.715.848	1.480.382	2.901.521	4.381.903
Instituições Financeiras (a.1)					820.468	1.456.624	2.277.092	711.848	2.158.303	2.870.151
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 4,08%	15/07/19	(1)	371.946	213.958	585.904	363.734	567.110	930.844
BNDES FINEM	URTJLP			(3)	-	-	-	29.319	-	29.319
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 3,38%	15/08/20	(3)	184.007	303.560	487.567	182.737	480.510	663.247
BNDES FINEM	R\$	5,00%	15/11/19	(3)	14.654	13.377	28.031	14.686	27.971	42.657
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 3,12%	15/01/23	(3)	101.879	413.552	515.431	7.596	499.442	507.038
BNDES FINEM	R\$	4,00% a 6,00%	15/01/23	(3)	37.061	132.092	169.153	12.320	163.222	175.542
BNDES FINEM	R\$	Selic Acum. D-2 + 2,32%	15/01/23	(3)	70.426	305.952	376.378	1.408	340.600	342.008
BNDES PSI	R\$	2,5% a 5,5%	15/01/23	(2)	25.405	19.413	44.818	92.508	44.698	137.206
BNB	R\$	7,06% a 10%	18/08/22	(4)	15.090	54.720	69.810	7.540	34.750	42.290
Fornecedores (a.2)					607.152	-	607.152	722.591	-	722.591
Arrendamento Financeiro (a.3)					51.036	334.424	385.460	45.943	328.485	374.428
Contraprestação Contingente (a.4)					-	446.144	446.144	-	414.733	414.733
Moeda Estrangeira					142.299	82.955	225.254	1.062.593	225.271	1.287.864
Instituições Financeiras (a.1)					142.299	82.955	225.254	1.062.593	225.271	1.287.864
BNDES FINEM	UMBND	ECM + 2,38%	15/07/19	(1)	142.299	82.955	225.254	136.850	225.271	362.121
Resolução 4131 - Scotiabank e Bank of America	US\$				-	-	-	925.743	-	925.743
Total					1.620.955	2.320.147	3.941.102	2.542.975	3.126.792	5.669.767

Garantias

- (1) Garantia em recebíveis correspondente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior.
- (2) Alienação dos ativos financiados.
- (3) Cessão de recebíveis correspondente a 20% do saldo devedor ou 1 vez a última prestação do subcrédito "A" (UMIPCA) acrescida de 5 vezes a última prestação de cada um dos demais subcréditos, o que for superior.
- (4) Fiança bancária equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento e constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo deste fundo de liquidez era de R\$11.722 (R\$10.773 em 31 de dezembro de 2016).

a.1) Empréstimos e Financiamentos

Alguns contratos de financiamento firmados com o BNDES, possuem taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado. Estas operações enquadram-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, as subvenções concedidas pelo BNDES foram ajustadas a valor presente e diferidas de acordo com a vida útil dos ativos financiados, resultando em um saldo até 31 de dezembro de 2017 de R\$32.155 (R\$47.346 em 31 de dezembro de 2016), nota 19.

a.2) Financiamento - Fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obteve extensão de prazos de pagamento a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos, com o custo líquido equivalente entre 101,4% a 109,4% do CDI (108,4% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

a.3) Arrendamento Financeiro

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática e; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os saldos dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contemplam os seguintes efeitos:

	Controladora / Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Valor nominal a pagar	787.147	831.479
Despesa financeira não realizada	(401.687)	(457.051)
Valor presente a pagar	385.460	374.428
Circulante	51.036	45.943
Não circulante	334.424	328.485

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar do arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2017:

	Controladora / Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
Até um ano	57.865	51.036
Mais de um ano até cinco anos	201.057	144.963
Mais de cinco anos	528.225	189.461
Total	787.147	385.460

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

a.4) Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart (nota 1.c.3), foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Caso ocorra êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos e este montante está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

b) Debêntures

A seguir descrevemos algumas informações das debêntures vigentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Controladora / Consolidado												
Informações em 31 de Dezembro de 2017							31.12.17			31.12.16		
Emissão	Data de emissão	Data de vencimento	Quantidades		Valor da emissão	Remuneração a.a.	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
			Emitidas	Circulação								
4ª emissão – Série 3	15/10/09	15/10/19	810.000	23.557	810.000	IPCA+4,00%	312	40.010	40.322	307	36.990	37.297
1ª emissão – Minas Comunica	17/12/07	05/07/21	5.550	5.550	55.500	IPCA+0,50%	24.088	72.264	96.352	-	97.308	97.308
3ª emissão	10/09/12	10/09/17	200.000	200.000	2.000.000	100% do CDI + 0,75%	-	-	-	2.086.763	-	2.086.763
4ª emissão	25/04/13	25/04/18	130.000	130.000	1.300.000	100% do CDI + 0,68%	1.317.513	-	1.317.513	33.434	1.299.505	1.332.939
5ª emissão	08/02/17	08/02/22	200.000	200.000	2.000.000	108,25% do CDI	64.397	1.996.517	2.060.914	-	-	-
6ª emissão	27/11/17	27/11/20	100.000	100.000	1.000.000	100% do CDI + 0,24%	6.176	999.462	1.005.638	-	-	-
Total							1.412.486	3.108.253	4.520.739	2.120.504	1.433.803	3.554.307

Os custos de transação associados a 4ª, 5ª e 6ª emissões, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 era de R\$5.422 (R\$495 em 31 de dezembro de 2016, 3ª e 4ª emissões), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

c) Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento financeiro, debêntures e contraprestação contingente em 31 de dezembro de 2017 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Controladora / Consolidado					
Ano	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	Total
2019	737.548	64.098	43.810	-	845.456
2020	353.587	1.024.088	37.140	-	1.414.815
2021	226.244	1.024.088	32.705	-	1.283.037
2022	204.427	995.979	31.308	-	1.231.714
2023 em diante	17.773	-	189.461	446.144	653.378
Total	1.539.579	3.108.253	334.424	446.144	5.428.400

d) Cláusulas Restritivas

Os financiamentos contratados junto ao BNDES e as debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants* (apurados trimestralmente, semestralmente ou anualmente), descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

e) Movimentações

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente.

	Controladora					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento - Fornecedores	Contraprestação contingente	
Saldo em 31.12.15	3.190.529	3.544.714	271.530	1.113.244	377.721	8.497.738
Ingressos	466.629	-	61.866	666.085	-	1.194.580
Subvenção governamental (nota 19)	(12.040)	-	-	-	-	(12.040)
Encargos financeiros (nota 26)	385.240	486.178	62.242	49.933	37.012	1.020.605
Custos de emissão	-	495	-	-	-	495
Variação cambial (nota 26)	(272.795)	-	-	-	-	(272.795)
Baixas (pagamentos)	(1.132.214)	(477.080)	(43.285)	(1.106.671)	-	(2.759.250)
Incorporação (nota 1.c.2)	1.532.666	-	22.075	-	-	1.554.741
Saldo em 31.12.16	4.158.015	3.554.307	374.428	722.591	414.733	9.224.074
Ingressos	55.876	3.000.000	13.462	571.444	-	3.640.782
Subvenção governamental (nota 19)	(1.581)	-	-	-	-	(1.581)
Encargos financeiros (nota 26)	300.153	485.295	45.265	70.603	31.411	932.727
Custos de emissão	-	(4.926)	-	-	-	(4.926)
Variação cambial (nota 26)	15.846	-	-	-	-	15.846
Baixas (pagamentos)	(2.025.963)	(2.513.937)	(47.695)	(757.486)	-	(5.345.081)
Saldo em 31.12.17	2.502.346	4.520.739	385.460	607.152	446.144	8.461.841

	Consolidado					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento - Fornecedores	Contraprestação contingente	
Saldo em 31.12.15	4.773.489	3.544.714	296.684	1.228.682	377.721	10.221.290
Ingressos	466.629	-	61.866	666.085	-	1.194.580
Subvenção governamental (nota 19)	(12.040)	-	-	-	-	(12.040)
Encargos financeiros (nota 26)	424.867	486.178	63.003	50.038	37.012	1.061.098
Custos de emissão	-	495	-	-	-	495
Variação cambial (nota 26)	(272.795)	-	-	-	-	(272.795)
Baixas (pagamentos)	(1.222.135)	(477.080)	(47.125)	(1.222.214)	-	(2.968.554)
Saldo em 31.12.16	4.158.015	3.554.307	374.428	722.591	414.733	9.224.074
Ingressos	55.876	3.000.000	13.462	571.444	-	3.640.782
Subvenção governamental (nota 19)	(1.581)	-	-	-	-	(1.581)
Encargos financeiros (nota 26)	300.153	485.295	45.265	70.603	31.411	932.727
Custos de emissão	-	(4.926)	-	-	-	(4.926)
Variação cambial (nota 26)	15.846	-	-	-	-	15.846
Baixas (pagamentos)	(2.025.963)	(2.513.937)	(47.695)	(757.486)	-	(5.345.081)
Saldo em 31.12.17	2.502.346	4.520.739	385.460	607.152	446.144	8.461.841

A seguir, apresentamos um resumo das captações e pagamentos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

	Captações	Pagamentos		
		Principal	Encargos	Total
Empréstimos e financiamentos	55.876	(1.781.261)	(244.702)	(2.025.963)
BNDES	15.998	(825.256)	(213.752)	(1.039.008)
BNB	39.878	(11.808)	(4.073)	(15.881)
Resolução 4131 - Scotiabank e Bank of America	-	(944.197)	(26.877)	(971.074)
Debêntures	3.000.000	(2.000.000)	(513.937)	(2.513.937)
4ª emissão – Série 3	-	-	(1.522)	(1.522)
3ª emissão	-	(2.000.000)	(246.817)	(2.246.817)
4ª emissão	-	-	(151.152)	(151.152)
5ª emissão	2.000.000	-	(114.446)	(114.446)
6ª emissão	1.000.000	-	-	-
Fornecedores	571.444	(668.512)	(88.974)	(757.486)
Arrendamento financeiro	13.462	(35.722)	(11.973)	(47.695)
Total	3.640.782	(4.485.495)	(859.586)	(5.345.081)

Captações

Empréstimos e Financiamentos

Banco do Nordeste ("BNB")

Em 12 de maio de 2017 foram realizados saques referentes ao contrato firmado em 18 de agosto de 2014 no montante total de R\$39.878. As taxas deste contrato são de 7,06% a.a. a 10,0% a.a., prazo total de 8 anos, com pagamentos de juros e amortizações do principal em 72 parcelas mensais e sucessivas. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento e expansão para a região Nordeste.

BNDES FINEM

Contrato 14.2.1192.1: Em 30 de dezembro de 2014, foi contratada uma linha de financiamento de R\$1.000.293, com taxas de: (i) TJLP + 0 a 3,12% a.a.; (ii) 4% a.a.; (iii) Selic + 2,32% a.a., prazo total de 8 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2018. Após o período de carência serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas; e (iv) 6% a.a. prazo total de 7 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2017. Após o período de carência, serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

Durante o ano de 2017, foram realizados três desembolsos referentes a este contrato no montante de R\$15.998.

Esses desembolsos são referentes a um plano de apoio financeiro vinculado a projetos realizados no triênio 2014-2016, visando a expansão nas áreas de atuação.

Debêntures

5ª Emissão

Em reunião realizada em 26 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, deliberou pela realização da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$2.000.000, as quais foram objeto de colocação pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme, nos termos da ICVM 476/09.

Em 8 de fevereiro de 2017, a Companhia emitiu 200.000 debêntures, com valor nominal equivalente a R\$10. As debêntures possuem prazo de vencimento de cinco anos e o valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente.

Os juros remuneratórios correspondem a 108,25% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia ("DI").

6ª Emissão

Em reunião realizada em 13 de novembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, deliberou pela realização da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$1.000.000, as quais foram objeto de colocação pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme, nos termos da ICVM 476/09.

Em 27 de novembro de 2017, a Companhia emitiu 100.000 debêntures, com valor nominal equivalente a R\$10. As debêntures possuem prazo de vencimento de três anos e o valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente.

Os juros remuneratórios correspondem a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia ("DI"), acrescidos de um spread equivalente a 0,24%.

21) OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Licenças de autorização (1)	258.742	1.048.523	258.742	1.048.523
Obrigações com partes relacionadas (nota 28)	139.173	145.332	125.987	112.358
Ônus de renovação de licenças (2)	167.536	215.154	167.536	215.154
Retenções de terceiros (3)	126.361	222.696	144.593	227.685
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 30)	522.498	327.670	531.938	327.670
Valores a restituir a assinantes	187.826	166.644	189.380	168.708
Outras obrigações	70.108	90.815	72.893	92.447
Total	1.472.244	2.216.834	1.491.069	2.192.545
Circulante	700.251	1.641.926	718.468	1.640.757
Não circulante	771.993	574.908	772.601	551.788

(1) Inclui a parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras do leilão das licenças de 4G constituíram a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), empresa responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, além de outras operações em que as operadoras vencedoras possuem obrigações, conforme definido no contrato. Em 31 de janeiro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento no montante de R\$858.991 à EAD, referente a 2ª e 3ª parcelas do leilão de faixas de frequência de 700 MHz nacionais para a prestação do SMP, realizado pela ANATEL em 30 de setembro de 2014.

(2) Refere-se ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP.

(3) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 ações ordinárias ou preferenciais. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76, artigo 166, inciso IV) estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 era de R\$63.571.416, representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Em 31 de dezembro de 2017:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Grupo Controlador	540.033.264	94,47%	704.207.855	62,91%	1.244.241.119	73,58%
Telefônica Latinoamérica Holding, S.L.	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%
Telefônica S.A.	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%
SP Telecomunicações Participações Ltda	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%
Telefônica Chile S.A.	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%
Outros acionistas	29.320.789	5,13%	415.131.868	37,09%	444.452.657	26,28%
Ações em tesouraria	2.290.164	0,40%	983	0,00%	2.291.147	0,14%
Total de ações emitidas	571.644.217	100,00%	1.119.340.706	100,00%	1.690.984.923	100,00%
Ações em tesouraria	(2.290.164)		(983)		(2.291.147)	
Total de ações em circulação	569.354.053		1.119.339.723		1.688.693.776	

Em 31 de dezembro de 2016:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Grupo Controlador	540.033.264	94,47%	704.207.855	62,91%	1.244.241.119	73,58%
Telefônica Latinoamérica Holding, S.L.	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%
Telefônica S.A.	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%
SP Telecomunicações Participações Ltda	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%
Telefônica Chile S.A.	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%
Outros acionistas	29.320.789	5,13%	415.132.512	37,09%	444.453.301	26,28%
Ações em tesouraria	2.290.164	0,40%	339	0,00%	2.290.503	0,14%
Total de ações emitidas	571.644.217	100,00%	1.119.340.706	100,00%	1.690.984.923	100,00%
Ações em tesouraria	(2.290.164)		(339)		(2.290.503)	
Total de ações em circulação	569.354.053		1.119.340.367		1.688.694.420	

b) Reservas de Capital

b.1) Reserva Especial de Ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador (SPTE Participações Ltda) após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 era de R\$63.074.

b.2) Outras Reservas de Capital

A seguir, apresentamos a composição desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão (1)	2.735.930	2.735.930
Cancelamento de ações - AGE de 12/03/15 (2)	(112.107)	(112.107)
Custos diretos de aumentos de capital (3)	(62.433)	(62.433)
Incorporação de ações da GVTPart. (4)	(1.188.707)	(1.188.707)
Efeitos das aquisições da Lemontree e GTR pela Companhia e TGLog pela TData (5)	(75.388)	(75.388)
Efeitos da cotação das ações pela transferência de ações referente a processo judicial (6)	2	2
Efeitos da aquisição do Terra Networks Brasil pela TData (7)	(59.029)	-
Total	1.238.268	1.297.297

- (1) Refere-se ao excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.
- (2) Refere-se ao cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, aprovado pela AGE de 12 de março de 2015.
- (3) Refere-se aos custos diretos, (líquidos de tributos) dos aumentos de capital da Companhia ocorridos em 28 de abril de 2015 e 30 de abril de 2015, decorrentes da Oferta Primária de Ações.
- (4) Refere-se a diferença entre o valor econômico da incorporação das ações da GVTPart e o valor de mercado das ações, emitidas na data de fechamento da transação.
- (5) Refere-se aos efeitos das transações de aquisição de ações de acionistas não controladores que, com a adoção do IFRS 10/CPCs 35 e 36 passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário.
- (6) Refere-se aos efeitos das cotações das ações nas baixas pela transferência de 62 ações preferenciais em tesouraria para ações em circulação pelo cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.
- (7) Refere-se aos efeitos pela aquisição da Terra Networks pela TData, referente à diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos (nota 1.c.1).

b.3) Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, cujo saldo é resultante (i) do exercício do direito de recesso dos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart (nota 1.c.3); (ii) das aquisições de ações preferenciais no mercado financeiro de acordo com o Programa de Recompra de Ações vigente ao tempo da operação (nota 22.f); e (iii) das transferências de ações preferenciais, referente ao cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.

A seguir, apresentamos a movimentação desta rubrica para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	Quantidade de ações			R\$ mil
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em 31 de dezembro de 2015	2.290.164	734	2.290.898	(87.805)
Transferência de ações referente processo judicial (1)	-	(395)	(395)	15
Em 31 de dezembro de 2016	2.290.164	339	2.290.503	(87.790)
Aquisição de ações preferenciais próprias no mercado financeiro (2)	-	706	706	(32)
Transferência de ações referente processo judicial (1)	-	(62)	(62)	2
Em 31 de dezembro de 2017	2.290.164	983	2.291.147	(87.820)

- (1) Refere-se às transferências de ações preferenciais em tesouraria para ações em circulação para o cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.
- (2) A Companhia adquiriu no mercado financeiro ações preferenciais de sua emissão, sendo: (i) em 1º de junho de 2017, 45 ações a um preço unitário de R\$47,31, totalizando R\$2; e (ii) em 5 de julho de 2017, 661 ações a um preço unitário de R\$45,26, totalizando R\$32.

c) Reservas de Lucro

Os montantes das reservas de lucro estão assim distribuídos:

	Reserva legal (1)	Reserva para expansão e modernização (2)	Incentivos fiscais (3)	Total
Em 31 de dezembro de 2015	1.703.643	700.000	6.928	2.410.571
Reversão de reservas	-	(700.000)	-	(700.000)
Constituição de reservas	204.262	550.000	10.141	764.403
Em 31 de dezembro de 2016	1.907.905	550.000	17.069	2.474.974
Reversão de reservas	-	(550.000)	-	(550.000)
Constituição de reservas	230.439	297.000	10.815	538.254
Em 31 de dezembro de 2017	2.138.344	297.000	27.884	2.463.228

- (1) Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.
- (2) Esta reserva é constituída com base no orçamento de capital, que tem o objetivo de garantir a expansão da capacidade de rede para atender à crescente demanda da Companhia e garantir a qualidade na prestação dos serviços. Em conformidade com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76, o orçamento de capital será submetido para a apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas ("AGO").
- (3) A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP. A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

d.1) Dividendos Complementares do Exercício de 2016

Em 26 de abril de 2017, a AGO da Companhia aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2016, ainda não distribuídos, no montante de R\$1.913.987, equivalente a R\$1,06295487663 e R\$1,16925036430 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO. O montante foi pago em 13 de dezembro de 2017.

d.2) Remuneração aos Acionistas

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. A seguir, apresentamos o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2017 e 2016:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	4.608.790	4.085.242
Apropriação à reserva legal	(230.439)	(204.262)
Total	4.378.351	3.880.980
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(10.815)	(10.141)
Lucro líquido ajustado	4.367.536	3.870.839
Dividendos e JSCP distribuídos no ano:	2.416.639	2.172.145
Juros sobre o capital próprio (bruto)	2.416.639	2.172.145
Saldo de lucro líquido não destinado	1.950.897	1.698.694
(+) Reversão da reserva especial para expansão e modernização	550.000	700.000
(+) Instrumentos patrimoniais prescritos	101.778	221.559
(-) Perdas atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos <i>superavitários</i> , líquidos de tributos	(113.811)	(156.266)
Lucro disponível para distribuição	2.488.864	2.463.987
Proposta para a distribuição:		
Reserva especial para expansão e modernização	297.000	550.000
Dividendos adicionais propostos	2.191.864	1.913.987
Total	2.488.864	2.463.987
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (apenas informativo)	1.091.884	967.710

A forma proposta pela Administração para pagamento dos dividendos a deliberar foi:

Para o exercício de 2017: O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ainda não destinados, no montante de R\$1.950.897, mais os instrumentos patrimoniais prescritos em 2017 no montante de R\$101.778 e a reversão da reserva para expansão e modernização de 2016 no montante de R\$550.000 e menos outros resultados abrangentes no montante de R\$113.811 que totalizam R\$2.488.864. Deste montante, R\$297.000 foram classificados como “Reserva Especial para Expansão e Modernização” e R\$2.191.864 foram classificados como dividendos adicionais propostos, dentro do patrimônio líquido de acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, a qual será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Para o exercício de 2016: O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ainda não destinados, no montante de R\$1.698.694, mais os instrumentos patrimoniais prescritos em 2016 no montante de R\$221.559 e a reversão da reserva para expansão e modernização de 2016 no montante de R\$700.000 e menos outros resultados abrangentes no montante de R\$156.266 que totalizam R\$2.463.987. Deste montante, R\$550.000 foram classificados como “Reserva Especial para Expansão e Modernização” e R\$1.913.987 foram classificados como dividendos adicionais propostos, dentro do patrimônio líquido de acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, submetida e aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas em 26 de abril de 2017.

Total de dividendo proposto para deliberação - por ação	2017	2016
Ações ordinárias	1,217277	1,062955
Ações preferenciais (1)	1,339005	1,169250

(1) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Companhia destinou juros sobre o capital próprio intermediários, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme demonstrados a seguir:

Exercício de 2017

Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (1)	
Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)
13/02/17	24/02/17	Até 31/12/18	56.916	123.084	180.000	48.379	104.621	153.000	0,084970	0,093467
20/03/17	31/03/17	Até 31/12/18	110.669	239.331	350.000	94.069	203.431	297.500	0,165220	0,181742
19/06/17	30/06/17	Até 31/12/18	30.039	64.961	95.000	25.533	55.217	80.750	0,044845	0,049330
18/09/17	29/09/17	Até 31/12/18	96.440	208.560	305.000	81.974	177.276	259.250	0,143978	0,158375
14/12/17	26/12/17	Até 31/12/18	470.072	1.016.567	1.486.639	399.561	864.082	1.263.643	0,701779	0,771957
Total			764.136	1.652.503	2.416.639	649.516	1.404.627	2.054.143		

Exercício de 2016

Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (1)	
Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)
19/02/16	29/02/16	22/08/17	63.239	136.761	200.000	53.753	116.247	170.000	0,094411	0,103853
18/03/16	31/03/16	22/08/17	106.559	230.441	337.000	90.575	195.875	286.450	0,159083	0,174992
18/04/16	29/04/16	22/08/17	69.563	150.437	220.000	59.129	127.871	187.000	0,103853	0,114238
17/06/16	30/06/16	22/08/17	50.908	110.092	161.000	43.272	93.578	136.850	0,076001	0,083601
19/09/16	30/09/16	22/08/17	205.528	444.472	650.000	174.699	377.801	552.500	0,306837	0,337521
19/12/16	30/12/16	13/12/17	191.029	413.116	604.145	162.374	351.149	513.523	0,285191	0,313710
Total			686.826	1.485.319	2.172.145	583.802	1.262.521	1.846.323		

- (1) Os valores de JSCP estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF). Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.
- (2) Os valores brutos e líquidos referentes às ações preferenciais são 10% maiores que os atribuídos a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

d.3) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item “a” da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos nos montantes de R\$101.778 e R\$189.471, respectivamente, os quais foram incluídos nos cálculos para as deliberações de dividendos da Companhia.

e) Outros Resultados Abrangentes, líquidos

Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes, líquidos dos tributos:

	Consolidado			Total
	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	
Saldos em 31.12.15	(8.936)	379	34.025	25.468
Variação cambial	-	-	(17.232)	(17.232)
Ganhos de contratos futuros	-	42	-	42
Reclassificação das perdas com <i>cash flow hedge</i> para capex	-	3.128	-	3.128
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda	55	-	-	55
Saldos em 31.12.16	(8.881)	3.549	16.793	11.461
Variação cambial	-	-	11.239	11.239
Perdas de contratos futuros	-	(1.595)	-	(1.595)
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda	223	-	-	223
Saldos em 31.12.17	(8.658)	1.954	28.032	21.328

f) Programa de Recompra de Ações da Companhia

Em reunião realizada em 9 de junho de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social, aprovou o programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais de emissão da própria Companhia, nos termos da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa e otimizar a alocação de capital da Companhia.

A recompra será efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante no balanço patrimonial de 31 de março de 2017, excluídas as reservas referidas no artigo 7º, parágrafo 1º, da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015.

Este programa tem vigência até 8 de dezembro de 2018, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares, sendo as quantidades máximas a serem adquiridas de 870.781 ações ordinárias e 41.510.761 ações preferenciais.

Em 1º de junho de 2017 e em 5 de julho de 2017, a Companhia adquiriu no mercado financeiro 45 e 661 ações preferenciais de sua emissão a um preço médio unitário de R\$47,31 e R\$45,26, respectivamente, totalizando R\$32.

g) Resultado por Ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Controladora	
	2017	2016
Lucro líquido do exercício	4.608.790	4.085.242
Ordinárias	1.457.288	1.291.743
Preferenciais	3.151.502	2.793.499
Quantidade de ações (milhares):	1.688.694	1.688.694
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	569.354	569.354
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	1.119.340	1.119.340
Resultado básico e diluído por ação:		
Ordinárias (em R\$)	2,56	2,27
Preferenciais (em R\$)	2,82	2,50

23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita operacional bruta (1)	61.886.869	59.633.012	66.243.174	65.006.728
Deduções da receita operacional bruta	(22.543.141)	(21.007.617)	(23.036.342)	(22.498.269)
Tributos	(15.575.815)	(14.583.996)	(16.058.584)	(15.388.784)
Descontos e devoluções	(6.967.326)	(6.423.621)	(6.977.758)	(7.109.485)
Receita operacional líquida	39.343.728	38.625.395	43.206.832	42.508.459

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

24) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	2017				2016			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(738.224)	(2.180.428)	(441.128)	(3.359.780)	(799.590)	(2.046.505)	(711.631)	(3.557.726)
Serviços de terceiros	(4.802.834)	(6.368.599)	(1.191.495)	(12.362.928)	(4.521.863)	(6.070.348)	(1.198.502)	(11.790.713)
Interconexão e uso de rede	(1.440.968)	-	-	(1.440.968)	(1.889.632)	-	-	(1.889.632)
Publicidade e propaganda	-	(984.301)	-	(984.301)	-	(1.014.120)	-	(1,014.120)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(2.616.816)	(150.671)	(194.848)	(2.962.335)	(2.220.181)	(131.312)	(219.747)	(2.571.240)
Impostos, taxas e contribuições	(1.758.227)	(37.918)	(33.458)	(1.829.603)	(1.805.685)	(4.699)	(86.483)	(1.896.867)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(1.405.085)	-	(1,405.085)	-	(1.225.742)	-	(1,225.742)
Depreciação e amortização (1)	(5.937.372)	(1.433.260)	(455.552)	(7.826.184)	(5.429.820)	(1.312.818)	(423.539)	(7.166.177)
Custo das mercadorias vendidas	(1.785.811)	-	-	(1.785.811)	(1.997.405)	-	-	(1,997.405)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(54.943)	(198.690)	(18.424)	(272.057)	(70.376)	(190.609)	(45.464)	(306.449)
Total	(19.135.195)	(12.758.952)	(2.334.905)	(34.229.052)	(18.734.552)	(11.996.153)	(2.685.366)	(33.416.071)

	Consolidado							
	2017				2016			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(845.358)	(2.387.314)	(493.095)	(3.725.767)	(976.233)	(2.136.399)	(747.156)	(3.859.788)
Serviços de terceiros	(5.591.284)	(6.423.523)	(1.232.379)	(13.247.186)	(5.705.098)	(6.151.012)	(1.254.187)	(13.110.297)
Interconexão e uso de rede	(1.440.968)	-	-	(1.440.968)	(1.924.148)	-	-	(1.924.148)
Publicidade e propaganda	-	(1.015.414)	-	(1.015.414)	-	(1.065.882)	-	(1,065.882)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(2.624.405)	(151.455)	(204.701)	(2.980.561)	(2.326.219)	(141.135)	(220.655)	(2.688.009)
Impostos, taxas e contribuições	(1.792.764)	(39.050)	(34.779)	(1.866.593)	(1.861.237)	(5.933)	(92.394)	(1.959.564)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(1.481.015)	-	(1.481.015)	-	(1.348.221)	-	(1.348.221)
Depreciação e amortização (1)	(5.963.153)	(1.433.297)	(457.284)	(7.853.734)	(5.821.620)	(1.408.866)	(423.920)	(7.654.406)
Custo das mercadorias vendidas	(1.955.890)	-	-	(1.955.890)	(2.118.940)	-	-	(2.118.940)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(58.708)	(205.406)	(20.867)	(284.981)	(89.519)	(197.918)	(55.074)	(342.511)
Total	(20.272.530)	(13.136.474)	(2.443.105)	(35.852.109)	(20.823.014)	(12.455.366)	(2.793.386)	(36.071.766)

(1) Inclui os créditos de PIS e COFINS não cumulativos nos montantes de R\$1.267 e R\$46.647 em 2017 e 2016, respectivamente.

25) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Multas e despesas recuperadas	349.985	482.596	355.415	504.877
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	(990.770)	(953.003)	(999.419)	(985.176)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (1)	110.413	456.920	108.767	463.602
Outras receitas (despesas) operacionais (2)	322.534	(58.442)	(187.249)	(51.977)
Total	(207.838)	(71.929)	(722.486)	(68.674)
Outras receitas operacionais	782.932	939.516	464.182	968.479
Outras despesas operacionais	(990.770)	(1.011.445)	(1.186.668)	(1.037.153)
Total	(207.838)	(71.929)	(722.486)	(68.674)

(1) O montante de 2016, inclui R\$476.371 (líquidos dos valores residuais) referente à alienação de 1.655 torres de transmissão da Companhia para a Telxius Torres Brasil Ltda. Após a transação de venda dos ativos, foi efetuado um contrato de aluguel de parte das torres alienadas para dar continuidade às transmissões de dados necessárias para a prestação dos serviços de telefonia móvel.

A transação de venda e aluguel foi considerada como uma operação de *sale and leaseback* conforme previsto no IAS 17. O *leaseback* de cada um dos ativos alienados foi analisado pela Administração e classificado como *leasing* operacional ou financeiro, considerando os requisitos qualitativos e quantitativos previstos no IAS 17.

Os riscos e benefícios de tais torres foram repassados aos compradores, com exceção de torres cuja transferência de riscos e benefícios dependem do aceite técnico do comprador. Para tais itens o valor de venda foi reconhecido como receita diferida, líquido dos valores residuais (nota 19).

(2) Nesta mesma transação, realizada em 2016 e descrita no item (1), a Companhia alienou a cessão de contratos vigentes de locação de terrenos e dos contratos de compartilhamento (carteira de clientes) pelo montante de R\$40.899.

26) RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	592.577	648.011	655.474	719.399
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	122.923	78.189	124.391	104.837
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	369.987	994.801	373.971	994.801
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	113.203	487.747	113.203	487.747
Outras receitas com variações cambiais e monetárias	397.180	372.186	406.013	374.169
Outras receitas financeiras	79.302	73.640	82.906	100.406
Total	1.675.172	2.654.574	1.755.958	2.781.359
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	(932.727)	(1.020.605)	(932.727)	(1.061.098)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(129.049)	(214.952)	(129.049)	(214.952)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(414.378)	(1.342.671)	(415.956)	(1.342.671)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(133.831)	(270.136)	(136.425)	(278.175)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(862.742)	(828.799)	(876.948)	(830.466)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(163.386)	(259.155)	(167.897)	(288.538)
Total	(2.636.113)	(3.936.318)	(2.659.002)	(4.015.900)

27) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes dos tributos	5.249.381	4.701.427	5.730.773	5.134.722
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(1.784.790)	(1.598.485)	(1.948.463)	(1.745.805)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos e da mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuídos à Companhia (nota 11)	443.185	287.563	537	423
Juros sobre o capital próprio prescritos	(21.843)	(11.432)	(21.843)	(11.432)
Diferenças temporárias de subsidiárias	-	-	2.007	-
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(86.946)	(82.089)	(94.413)	(88.916)
Tributos diferidos reconhecidos nas subsidiárias sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias referente a exercícios anteriores	-	-	132.080	-
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	821.657	738.529	821.657	738.529
Outras (adições) exclusões	(11.854)	49.729	(13.545)	57.721
Débito tributário	(640.591)	(616.185)	(1.121.983)	(1.049.480)
Taxa efetiva	12,2%	13,1%	19,6%	20,4%
IRPJ e CSLL corrente	36.226	99.208	(580.578)	(288.063)
IRPJ e CSLL diferido	(676.817)	(715.393)	(541.405)	(761.417)

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 7.b).

28) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e Saldos com Partes Relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

- Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados as empresas do Grupo Telefônica;
- Serviços de TV digital, prestados pela Media Networks Latino América;
- Aluguel e manutenção de equipamento de segurança, prestados pela Telefônica Inteligência e Segurança Brasil;
- Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- Direito de uso de determinadas licenças de *softwares*, incluindo a manutenção e suporte, prestados pela Telefônica Global Technology;
- Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telxius Cable Brasil, Telefônica International Wholesale Services Espanha, Telefônica USA e Media Net Br;
- Operações com empresas do Grupo Terra sediadas no exterior, referentes a compra de conteúdo de internet, veiculação de publicidade e serviços de auditoria de audiência. Em 3 de julho de 2017, a TData (controlada integral da Companhia) adquiriu o controle acionário do Terra Networks Brasil, nota 1.c.1). Sendo assim os saldos apresentados no quadro de resultado referem-se ao período de janeiro a junho de 2017;
- Serviços de marketing prestados pelas empresas do Grupo Terra;

- i) Prestação de serviços de veiculação de publicidade, venda de soluções de caixas postais e desenvolvimento e venda de conteúdo, prestados pelo Terra Networks Brasil. Em 3 de julho de 2017, a TData (controlada integral da Companhia) adquiriu o controle acionário do Terra Networks Brasil, nota 1.c.1). Sendo assim os saldos apresentados no quadro de resultado referem-se ao período de janeiro a junho de 2017;
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;
- k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional, prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- l) Reembolso de despesas e gastos diversos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica;
- n) Planos de ações aos empregados da Telefônica Brasil e controladas diretas e indiretas, vinculado a aquisição de ações Telefónica;
- o) *Cost Sharing Agreement* (CSA), reembolso de gastos referente ao negócio digital para Telefónica Digital;
- p) Aluguel de prédios a empresas do Grupo Telefônica;
- q) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming* entre empresas do grupo pela Telfisa;
- r) Soluções integrais de aprendizagem *on-line* para a Educação e Formação em modalidade *e-learning* prestados pela T. Learning Services Brasil;
- s) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo;
- t) Investimento Social a Fundação Telefônica, utiliza tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social;
- u) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica, contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias prestados pela Companhia AIX;
- v) Plataforma Adquira Sourcing, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de todo tipo de bens e serviços prestado pela Telefónica Compras Electrónicas;
- w) Mídia digital serviços de comercialização e exploração de *marketing* digital *in-store* e *outdoor* prestados pela Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil; e
- x) Operações de torres entre a Companhia e a Telxius Torres Brasil.

Conforme descrito na nota 30, a Companhia e controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

Balço Patrimonial - Ativo							
		Em 31.12.17			Em 31.12.16		
		Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos
Empresas	Natureza da transação						
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	531	46	-	94	9.618
Telefónica LatinoAmerica Holding	l)	-	-	135.486	-	-	206.619
Telefónica	l)	-	492	158	-	-	633
		-	1.023	135.690	-	94	216.870
Outras empresas do grupo							
Colombia Telecomunicaciones ESP	k)	-	1.210	4.505	-	2.641	3.900
Media Networks Brasil Soluções Digitais	a) / d)	-	1.017	2.106	-	81	59
Pegaso PCS	k)	-	2.757	-	-	6.163	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	22.315	-	-	9.849	-
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	-	6.067	-	-	6.180	-
Telefónica Digital España	l)	-	1.929	-	-	-	-
Telefónica Factoring do Brasil	a) / d) / l)	-	12.337	93	-	4.927	22
Telefónica Global Technology	l)	-	-	13.600	-	1.614	11.244
Telefónica Inteligência e Segurança Brasil	a) / d) / l)	-	271	1.013	-	868	945
Telefónica International Wholesale Services Espanha	j)	-	69.087	-	-	82.613	-
Telefónica Learning Services Brasil	a)	-	175	-	-	64	-
Telefónica Mviles Argentina	k)	-	7.194	-	-	6.288	-
Telefónica Mviles Del Chile	k)	-	539	387	-	10.207	337
Telefónica Mviles Del Espanha	k)	-	8.918	-	-	9.220	-
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / p)	-	2.938	2.355	-	2.518	2.410
Telefonica UK LTD.(O2 UK LTD)	k)	-	1.350	-	-	8.809	-
Telefónica USA	j)	-	6.248	-	-	3.550	-
Telfisa	q)	9.523	-	-	78.070	-	-
Telxius Cable Brasil	a) / d) / p)	-	28.981	819	-	11.513	2.678
Telxius Torres Brasil (1)	d) / l) / p) / x)	-	14.666	5.106	-	13.842	3.709
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú e Terra Networks Operation	g) / h)	-	8.159	-	-	-	-
Terra Networks Brasil	a) / d) / l)	-	-	-	-	5.499	7.596
Outras	a) / d) / g) / h) / k) / l) / p)	-	3.840	1.059	-	4.366	909
		9.523	199.998	31.043	78.070	190.812	33.809
Total		9.523	201.021	166.733	78.070	190.906	250.679
Ativo circulante		9.523	201.021	164.249	78.070	190.906	247.863
Ativo não circulante		-	-	2.484	-	-	2.816

Balço Patrimonial - Passivo					
		Em 31.12.17		Em 31.12.16	
		Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos
Empresas	Natureza da transaço				
Controladoras					
SP Telecomunicaões Participaões	l)	6.656	15.000	-	533
Telefónica LatinoAmerica Holding	l)	86	-	109	-
Telefónica	l) / m) / n)	1.205	99.950	2.236	84.759
		7.947	114.950	2.345	85.292
Outras empresas do grupo					
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	471	-	2.675	-
Companhia AIX de Participaões	u)	1.915	-	1.835	-
Fundaço Telefónica	t)	-	137	-	52
Media Networks Latina America SAC	b)	4.248	-	32.398	-
Media Networks Brasil Soluões Digitais	f)	33.751	318	11.821	318
Pegaso PCS	k)	388	-	2.452	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	5.477	-	4.409	-
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	5.240	-	4.721	-
Telefónica Compras Electrónicas	v)	24.311	-	24.196	-
Telefónica Digital Espanha	l) / o)	46.645	-	35.347	-
Telefónica Factoring do Brasil	l) / s)	-	146	-	6.154
Telefónica Global Technology	e) / l)	15.671	-	15.169	-
Telefónica Inteligência e Segurança Brasil	c) / l)	15.336	27	26.516	27
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f)	44.240	8	50.121	8
Telefónica Learning Services Brasil	r)	37.931	-	16.328	-
Telefónica Moviles Argentina	k)	3.865	-	13.997	-
Telefónica Moviles Del Chile	k)	963	-	10.673	-
Telefónica Moviles Del Espanha	k)	3.589	-	4.671	-
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	d)	-	376	112	1.042
Telefonica UK LTD.(O2 UK LTD)	k)	89	-	3.868	-
Telefónica USA	f)	-	171	14.283	168
Telxius Cable Brasil	f)	44.037	2.068	52.210	2.068
Telxius Torres Brasil (1)	x) / l)	37.718	7.757	33.178	15.991
Terra Networks México, Terra Networks Perú e Terra Networks Operation	h)	7.633	-	-	-
Terra Networks Brasil	i)	-	-	3.360	1.209
Outras	g) / h) / k) / l) / w)	9.379	29	14.555	29
		342.897	11.037	378.895	27.066
Total		350.844	125.987	381.240	112.358
Passivo circulante					
		350.844	124.749	381.240	110.449
Passivo não circulante					
		-	1.238	-	1.909

Demonstração dos Resultados							
		2017			2016		
			Custos, despesas e outras despesas (receitas)			Custos, despesas e outras despesas (receitas)	
Empresas	Natureza da transação	Receita operacional	operacionais	Resultado financeiro	Receita operacional	operacionais	Resultado financeiro
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	268	-	-	67	-
Telefônica LatinoAmerica Holding	l)	-	36.523	11.030	-	87.526	4.348
Telefônica	l) / m) / n)	-	(331.684)	(996)	-	(319.708)	(9.727)
		-	(294.893)	10.034	-	(232.115)	(5.379)
Outras empresas do grupo							
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	349	(10)	604	217	(2.845)	(926)
Companhia AIX de Participações	a) / u)	36	(22.738)	-	67	(21.316)	-
Fundação Telefônica	a) / t)	-	(11.395)	-	-	(10.530)	-
Media Networks Brasil Soluções Digitais	a) / d) / f)	600	(57.176)	-	572	(3.451)	-
Media Networks Latina America SAC	b)	-	(33.133)	(516)	-	(17.133)	(50)
Pegaso PCS	k)	170	536	-	86	(5.991)	-
T. Learning Services Brasil	a) / r)	292	(54.782)	-	2	(47.544)	1.311
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	75	(1.409)	-	45	(4.527)	-
Telefônica Compras Electrónicas	v)	-	(29.062)	-	-	(42.889)	-
Telefônica Digital España	l) / o)	-	(81.893)	(2.600)	-	(44.872)	(1.262)
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d) / l) / s)	69	828	61	41	200	-
Telefônica Global Technology, S.A.U.	e) / l)	-	(36.395)	40	-	(28.933)	(756)
Telefônica Inteligência e Segurança Brasil	a) / c) / d) / l)	706	(40.918)	-	1.041	(39.709)	389
Telefônica International Wholesale Services Espanha	f) / j)	56.728	(49.960)	(2.564)	72.520	(56.293)	(15.008)
Telefônica Moviles Argentina	k)	3.746	6.147	-	3.072	(9.112)	-
Telefônica Moviles Del Chile	k)	1.586	(2.196)	52	1.074	(1.096)	(80)
Telefônica Moviles Del Espanha	k)	1.048	(1.969)	-	(836)	(2.170)	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / p)	286	(989)	-	118	867	(43)
Telefonica UK LTD.(O2 UK LTD)	k)	1.163	(1.374)	-	5	(994)	-
Telefônica USA	f) / j)	2.392	(2.322)	(2.035)	2.998	(14.970)	(349)
Telxius Cable Brasil	a) / d) / f) / p)	15.044	(200.536)	787	17.624	(246.595)	244
Telxius Torres Brasil (1)	d) / l) / p) / x)	-	(107.373)	-	31	(72.460)	1.929
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú e Terra Networks Operation	g) / h)	-	(9.782)	(120)	-	-	-
Terra Networks Brasil	a) / d) / l) / i)	2.485	(10.719)	-	16.483	(17.884)	1.194
Outras	a) / d) / g) / h) / k) / l) / p) / w) / x)	3.537	(14.608)	41	1.683	(23.677)	1.216
		90.312	(763.228)	(6.250)	116.843	(713.924)	(12.191)
Total		90.312	(1.058.121)	3.784	116.843	(946.039)	(17.570)

- (1) Em março de 2016, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Infraestrutura, de Cessão de Contratos de Locação, de Compartilhamento e Outras Avenças ("contrato") com a Telxius Torres Brasil Ltda (empresa controlada pela Telefônica). O objeto do contrato refere-se a compra e venda de 1.655 estruturas de torres, cessão dos contratos vigentes de locação de terrenos e dos contratos de compartilhamento. O valor total do contrato foi de R\$760.000, sendo este valor composto por R\$719.101 referentes às infraestruturas de torres e R\$40.899 referentes a carteira de clientes.

As condições do contrato foram elaboradas levando-se em conta : (i) transações anteriores de mesma natureza realizadas entre a Companhia e outras empresas do mercado; (ii) laudo de avaliação dos ativos objeto do contrato, realizado por uma empresa especializada independente; e (iii) *business plan* interno demonstrando que a operação é rentável para a Companhia.

A seguir, apresentamos um resumo da transação descrita acima:

Impactos no Balanço Patrimonial		
Descrição	Grupo do Balanço Patrimonial	R\$ mil
Valor a receber da Telxius Torres Brasil Ltda	Créditos com partes relacionadas (1)	760.000
Valor da baixa dos valores residuais das torres	Ativo imobilizado (nota 12)	(99.210)
Valor das torres enquadradas como arrendamento financeiro	Arrendamento financeiro (nota 20)	2.674
Valor das torres aguardando condições contratuais para repasse	Receitas diferidas (nota 19)	140.846

- (1) Em 8 de abril de 2016, a Telxius Torres Brasil Ltda realizou a quitação do montante de R\$760.000 devido à Companhia referente a esta transação, que é reclassificado na demonstração dos fluxos de caixa como "Caixa recebido na venda de ativo imobilizado"

Impactos na Demonstração dos Resultados		
Descrição	Grupo da DRE	R\$ mil
Valor da alienação das torres (exceto retenção e arrendamento financeiro)	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 25)	575.580
Valor da baixa do valor residual	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 25)	(99.210)
Valor da carteira de clientes	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 25)	40.899
Valor de PIS e Cofins, incidentes sobre carteira de clientes	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 25)	(3.783)
Efeito no resultado operacional		513.486
Valor de IR e CS, incidentes sobre torres e carteira de clientes	Imposto de renda e contribuição social (nota 27)	(174.585)
Efeito líquido no resultado da transação	Efeito líquido no resultado da transação	338.901

b) Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de R\$21.684 e R\$109.314, respectivamente. Destes montantes, R\$14.439 (R\$39.822 em 31 de dezembro de 2016) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$7.245 (R\$69.492 em 31 de dezembro de 2016) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 24).

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

29) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefônica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e controladas.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia e controladas reembolsam à Telefônica o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão detalhados a seguir:

a) Plano Performance & Investment Plan ("PIP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica, celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefônica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefônica. Sobre o co-investimento do participante a Telefônica incrementará as ações iniciais em mais 25%.

A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. Os ciclos são independentes entre si. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefônica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefônica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

Em 2014 foi aprovada a extensão deste programa por mais 3 ciclos, com duração de 3 anos cada, iniciando em 1º de outubro de 2014 até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data de concessão, sendo que as ações são transferidas para os participantes se atingida a meta de TSR.

O ciclo 2013-2016 foi finalizado em junho de 2016 e não houve o atingimento do TSR, sendo assim, não houve entrega de ações da Telefónica aos executivos da Companhia.

O ciclo 2014-2017 foi finalizado em setembro de 2017 e não houve o atingimento do TSR, sendo assim não houve entrega de ações da Telefónica aos executivos da Companhia.

O ciclo 2015-2018 (1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2018): com 84 executivos ativos (incluindo 2 executivos nomeados nos termos do Estatuto da Companhia), tendo o direito potencial de receber 471.654 ações da Telefónica (inclui quantidades iniciais e co-investimento).

Em 31 de dezembro de 2017 o valor da cotação das ações da Telefónica era de 8,1950 euros.

b) Plano Talent for the Future Share Plan ("TFSP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 2014, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. O início do ciclo foi em 1º de outubro de 2014 até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

O ciclo 2014-2017 foi finalizado em setembro de 2017 e não houve o atingimento do TSR, sendo assim não houve entrega de ações da Telefónica aos executivos da Companhia.

O ciclo 2015-2018 (1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2018): participam 102 gerentes ativos, tendo o direito potencial de receber 83.500 ações da Telefónica (inclui quantidades iniciais).

Em 31 de dezembro de 2017 o valor da cotação das ações da Telefónica era de 8,1950 euros.

c) Plano Global de Direitos sobre Ações da Telefónica: Global Employee Share Plan ("GESP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 30 de maio de 2014, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefónica dirigido aos empregados do Grupo Telefónica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Companhia e controladas. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefónica com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do plano foi de 2 anos. Os empregados inscritos no plano puderam adquirir ações da Telefónica mediante contribuições mensais de 25 até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de 12 meses (período de compra).

A entrega de ações ocorreu após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 31 de julho de 2017, e estava condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefónica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

O ciclo foi finalizado em 31 de julho de 2017, com a entrega das ações líquidas de imposto de renda retido na fonte.

As despesas da Companhia e controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos acima, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 24) e correspondem a R\$7.013 e R\$21.952 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

30) PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil, TData, Terra Networks e TGLog
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	VisãoPrev	Telefônica Brasil
TCOPREV	Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil, TData, Terra Networks e TGLog

A avaliação atuarial dos planos foi efetuada em dezembro de 2017 e 2016, com base no cadastro dos participantes mantidos nas seguintes datas:

- Planos de Benefícios de Saúde Pós-Emprego

A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde PAMA utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de outubro de 2017, projetado para 31 de dezembro de 2017 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2016, projetado para 31 de dezembro de 2016.

A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei nº 9.656/98 utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de outubro de 2017, projetado para 31 de dezembro de 2017 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2016, projetado para 31 de dezembro de 2016.

- Planos de Previdência Pós-Emprego

A avaliação atuarial efetuada para o plano de previdência CTB utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2017, projetado para 31 de dezembro de 2017 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2016, projetado para 31 de dezembro de 2016.

A avaliação atuarial efetuada para todos os demais planos de previdência (PBS-A, Telefônica BD, Tcoprev e planos Visão) utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2017, projetado para 31 de dezembro de 2017 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2016, projetado para 31 de dezembro de 2016.

A Companhia tem participação nas decisões que afetam diretamente a governança dos planos, com membros indicados tanto para o Conselho Deliberativo quanto para o Conselho Fiscal das administradoras Sistel e VisãoPrev.

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LFT's, LTN's, Operações compromissadas, CDB's, debêntures, letras financeiras e cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado). Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (VisãoPrev e Sistel) procuram efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

À exceção dos planos deficitários CTB e plano assistência médica – Lei nº 9.656/98, geralmente todos os planos de benefícios que tenham fundo constituído, apresentam posição superavitária. O benefício econômico registrado no ativo da Companhia e suas controladas não reflete o total de *superávits* apurados nesses planos. O benefício econômico apresentado no ativo considera apenas a parte dos *superávits* que apresenta real possibilidade de recuperação. A forma de recuperação dos *superávits* dos planos é unicamente através de reduções em contribuições futuras e, visto que nem todos os planos recebem atualmente contribuições de grandeza suficiente para a total recuperação dos *superávits*, o benefício econômico registrado no ativo está limitado ao total possível de recuperação de acordo com as contribuições futuras projetadas.

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos dos planos foi efetuado com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano.

Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

A seguir, apresentamos informações resumidas dos planos de previdência e outros benefícios pós-emprego.

a) Planos de Benefícios de Saúde Pós-Emprego

a.1) Plano de Assistência Médica ao Aposentado e Programa de Coberturas Especiais (PAMA e PAMA-PCE)

A Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, a custo compartilhado, patrocina planos de assistência médica (PAMA e PAMA-PCE) aos aposentados. Estes planos são administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social ("Sistel") e têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

As contribuições aos planos são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes ativos vinculados ao plano Telefônica BD.

a.2) Plano de assistência médica – Lei nº 9.656/98

Em atendimento à Lei nº 9.656/98, a Companhia administra e patrocina, juntamente com suas controladas, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano.

Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e seus dependentes e demitidos e seus dependentes.

Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.

b) Planos de Previdência Pós-Emprego

Incluem os planos PBS Assistidos ("PBS-A"), CTB, Telefônica BD, Tcoprev e Visão.

Em 9 de dezembro de 2016, a Visão Prev obteve aprovações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") para incorporações dos planos Vivo Prev e Visão T Gestiona ao plano Visão Telefônica. Desta forma, a partir de 1º de janeiro de 2017 todos os participantes dos planos Vivo Prev e Visão T Gestiona passaram a ser participantes do plano Visão Telefônica. Esta unificação preserva todos direitos adquiridos, e dá aos participantes dos planos incorporados acesso aos benefícios do plano Visão Telefônica.

O principal objetivo das incorporações é criar maior sinergia dos benefícios oferecidos aos participantes, além de proporcionar uma redução de custos administrativos e operacionais dos planos, bem como melhoria na eficiência administrativa.

A seguir, descrevemos as principais informações sobre os planos de previdência pós-emprego.

b.1) Plano PBS Assistidos (PBS-A)

O PBS-A é um plano de benefício definido de complementação previdenciária administrado pela Sistel e patrocinado pela Companhia, solidariamente com as demais empresas de telecomunicações originadas da privatização do sistema Telebrás. O PBS-A está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

O PBS-A é composto por participantes assistidos do Plano de Benefícios da Sistel que já estavam na condição de aposentados em 31 de janeiro de 2000, originários de todas as patrocinadoras participantes, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sistel.

Embora o PBS-A apresente ativos superiores às obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esses excedentes não foram reconhecidos em virtude da falta de previsão legal de seu reembolso e, por não ser um plano contributivo, não é possível nenhum abatimento em futuras contribuições.

b.2) Plano CTB ("CTB")

As contribuições aos planos CTB são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, o plano CTB, plano oferecido originalmente aos antigos empregados da Companhia Telefônica Brasileira que estavam na empresa em 1977, com os quais foi firmado contrato individual de concessão de aposentadoria para incentivar o desligamento desses empregados. Trata-se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago aos ex-empregados diretamente pela empresa. Estes planos têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

b.3) Plano Telefônica BD

A Companhia patrocina, individualmente, plano de benefício definido de benefícios previdenciários, o plano Telefônica BD.

Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Telefônica BD e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de ALM estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

No momento da concessão, é calculado um benefício, que será pago de forma vitalícia e atualizado pela inflação. Este plano não está aberto a novas adesões

As contribuições são definidas conforme o plano de custeio, que é calculado considerando hipóteses financeiras, demográficas e econômicas com o objetivo de acumular recursos suficientes para o pagamento do benefício para os participantes que já estão recebendo e para as novas aposentadorias.

b.4) Plano Tcoprev

A Companhia patrocina, individualmente o Plano Tcoprev, plano híbrido de benefícios definidos e de contribuição definida de benefícios previdenciários, administrado pela Visão Prev.

As contribuições ao plano Tcoprev são: (i) contribuição básica, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuições voluntária e esporádica, com contribuição efetuada apenas pelo participante. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição variável, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Tcoprev e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de ALM estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

b.5) Planos Visão

Os planos Visão Telefônica e Visão Multi, por sua similaridade, passarão a ser demonstrados a seguir conjuntamente sob a denominação Visão.

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários, os planos Visão, administrados pela Visão Prev. A contribuição é atribuída a cada controlada na proporção econômica e demográfica de sua respectiva obrigação com o plano.

As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas referente às parcelas de contribuição definida totalizaram R\$43.702 em 31 de dezembro de 2017 (R\$37.879 em 31 de dezembro de 2016).

As contribuições aos planos Visão Telefônica e Visão Multi são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: Super Conservador, Conservador, Moderado, Agressivo e Agressivo Renda Fixa Longo Prazo.

c) Informações Consolidadas dos Planos de Previdência e de Outros Benefícios Pós-Emprego

c.1) Conciliação dos ativos e passivos

	Passivos (ativos), líquidos, em 31.12.17			Passivos (ativos), líquidos, em 31.12.16		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor presente de obrigação por benefício definido	1.861.651	1.050.576	2.912.227	1.763.866	767.642	2.531.508
Valor justo dos ativos dos planos	2.585.679	726.060	3.311.739	2.703.593	667.993	3.371.586
Passivo (ativo) líquido	(724.028)	324.516	(399.512)	(939.727)	99.649	(840.078)
Limitador dos ativos	791.177	130.440	921.617	993.754	164.953	1.158.707
Ativo não circulante	(9.833)	-	(9.833)	(9.041)	-	(9.041)
Passivo circulante	7.914	9.021	16.935	6.826	4.162	10.988
Passivo não circulante	69.068	445.935	515.003	56.242	260.440	316.682

c.2) Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados

	2017			2016		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	3.044	7.606	10.650	2.811	2.761	5.572
Juros líquidos sobre o ativo/passivo atuarial líquidos	5.258	29.325	34.583	5.278	2.986	8.264
Total	8.302	36.931	45.233	8.089	5.747	13.836

c.3) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	2017			2016		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Ganhos (perdas) atuariais	325.292	208.195	533.487	(174.496)	240.072	65.576
Efeito limitador	(309.780)	(52.411)	(362.191)	182.088	(10.897)	171.191
Total	15.512	155.784	171.296	7.592	229.175	236.767

c.4) Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido

	31.12.17			31.12.16		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido no início do exercício	54.026	264.603	318.629	46.907	29.712	76.619
Combinação de negócios	(12)	680	668	-	-	-
Despesas no exercício	8.302	36.931	45.233	8.089	5.747	13.836
Contribuições das patrocinadoras	(10.680)	(3.041)	(13.721)	(8.562)	(31)	(8.593)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	15.512	155.784	171.296	7.592	229.175	236.767
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido ao final do exercício	67.148	454.957	522.105	54.026	264.603	318.629
Ativo atuarial reconhecido no balanço	(9.833)	-	(9.833)	(9.041)	-	(9.041)
Passivo atuarial reconhecido no balanço	76.982	454.956	531.938	63.068	264.602	327.670

c.5) Movimentação do passivo de benefício definido

	31.12.17			31.12.16		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido no início do exercício	1.763.866	767.642	2.531.508	1.503.966	402.927	1.906.893
Obrigações assumidas por aquisição de sociedade	249	680	929	-	-	-
Custo do serviço corrente	3.044	7.606	10.650	2.811	2.761	5.572
Juros sobre o passivo atuarial	181.208	82.488	263.696	179.496	48.420	227.916
Benefícios pagos	(168.856)	(30.777)	(199.633)	(156.056)	(24.229)	(180.285)
Contribuições de participantes vertidas	220	-	220	174	-	174
Perdas (ganhos) atuariais ajustados pela experiência	(23.613)	128.469	104.856	78.373	298.403	376.776
Ganhos atuariais ajustados por premissas demográficas	(3.320)	(1.543)	(4.863)	-	(81.144)	(81.144)
Perdas atuariais ajustados por premissas financeiras	108.853	96.011	204.864	155.102	120.504	275.606
Passivo de benefício definido no final do exercício	1.861.651	1.050.576	2.912.227	1.763.866	767.642	2.531.508

c.6) Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	31.12.17			31.12.16		
	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	2.703.593	667.993	3.371.586	2.178.182	529.485	2.707.667
Acervo adquirido por aquisição de sociedade	323	-	323	-	-	-
Benefícios pagos	(160.370)	(27.767)	(188.137)	(149.521)	(24.229)	(173.750)
Contribuições de participantes vertidas	220	-	220	174	-	174
Contribuições de patrocinador vertidas	2.195	31	2.226	2.027	31	2.058
Receitas esperadas de juros sobre os ativos dos planos	283.090	71.061	354.151	264.761	65.015	329.776
Retorno sobre os ativos dos planos, acima das receitas de juros esperadas	(243.372)	14.742	(228.630)	407.970	97.691	505.661
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	2.585.679	726.060	3.311.739	2.703.593	667.993	3.371.586

c.7) Movimentação do limitador de ativos

	31.12.17			31.12.16		
	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total
Limitador dos ativos no início do exercício	993.754	164.953	1.158.707	721.123	156.270	877.393
Juros sobre o efeito limitador de ativos	107.140	17.898	125.038	90.543	19.580	110.123
Mudanças no efeito limitador de ativos, exceto juros	(309.779)	(52.411)	(362.190)	182.088	(10.897)	171.191
Efeito gerado por aquisição de sociedade	62	-	62	-	-	-
Limitador dos ativos ao final do exercício	791.177	130.440	921.617	993.754	164.953	1.158.707

c.8) Resultados previstos para o exercício de 2018

	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total
Custo do serviço corrente	2.931	13.722	16.653
Juros líquidos sobre o valor do passivo/ativo de benefício definido líquido	6.074	45.892	51.966
Total	9.005	59.614	68.619

c.9) Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2018

	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total
Contribuições das patrocinadoras	2.499	33	2.532
Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador	7.914	9.026	16.940
Total	10.413	9.059	19.472

c.10) Duração média ponderada da obrigação de benefício definido

	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego
No exercício de 2017	8,5 anos	18,7 anos
No exercício de 2016	8,9 anos	12,7 anos

c.11) Premissas atuariais

31.12.17		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Visão: 9,5% PBS-A e CTB: 9,8% Telefônica BD e Tcoprev: 9,9% PBS-A: N/A	9,9%
Taxa de crescimento salarial futuro	Visão, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: 5,9%	N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	7,4%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	4,3%	N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	Elegibilidade dos benefícios de 100% aos 57 anos
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos Visão e Tcoprev: 60 anos	57 anos
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40% Visão: N/A	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%
Tábua de entrada em invalidez	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: Light-Forte Visão: Light-Fraca, suavizada em 30%	Light-Forte
Rotatividade	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: N/A Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	PAMA e PCE: N/A Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

Além das premissas acima, para 2017 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 4,3%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

31.12.16		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Vivoprev e Visão: 10,9% PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: 10,8% PBS-A: N/A	10,9%
Taxa de crescimento salarial futuro	CTB, Telefônica BD, Prev e Visão: 6,2%	N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	7,6%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	4,5%	N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	PAMA e PCE: 5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal Lei 9.656/98: 100% aos 57 anos
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A e CTB: N/A Telefônica BD: 57 anos Prev e Visão: 60 anos	PAMA e PCE: 60 anos Lei 9.656/98: 57 anos
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% Vivoprev e Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40% Vivoprev e Visão: N/A	PAMA e PCE: RP-2000 Disabled Masculina Lei 9.656/98: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	PBS-A, CTB e Telefônica BD: Mercer Disability Prev e Visão: Light-Fraca, suavizada em 30%	Mercer Disability
Rotatividade	PBS-A, CTB e Telefônica BD: N/A Prev e Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2008 a 2011)	PAMA e PCE: N/A Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2008 a 2011)

Além das premissas acima, para 2016 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 4,5%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

c.12) Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e financeira, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos.

As principais premissas econômicas e financeiras que sofreram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo de benefício definido são: (i) taxas para desconto a valor presente do passivo de benefício definido; (ii) taxa de inflação de longo prazo; (iii) taxa de crescimento salarial futuro; (iv) taxa de crescimento dos custos médicos; e (v) índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários.

A seguir, apresentamos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais:

	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício corrente	1.861.651	1.050.576	2.912.227
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício anterior	1.756.118	956.108	2.712.226
Variação observada pela alteração das premissas atuariais	105.533	94.468	200.001

c.13) Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que as premissas atuariais significativas, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderiam alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido são a taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido e a taxa de crescimento dos custos médicos.

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 0,5% e redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido:

	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total
Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa atual	1.861.651	1.050.576	2.912.227
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	1.784.735	977.286	2.762.021
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%	1.944.833	1.132.896	3.077.729

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 1% e redução de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos:

	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total
Passivo de benefício definido, projetado pela taxa de crescimento dos custos médicos atual	1.861.651	1.050.576	2.912.227
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 1%	1.861.651	1.223.724	3.085.375
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 1%	1.861.651	911.270	2.772.921

c.14) Alocação dos ativos dos planos

	31.12.17		31.12.16	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Investimentos com valor de mercado cotados em mercado ativo:				
Investimentos em renda fixa				
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	1.998.931	670.516	1.769.606	553.515
Letras Financeiras	199.135	55.544	30.588	-
Operações Compromissadas	142.228	-	134.863	-
Debêntures	13.209	-	12.843	-
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	4.567	-	229.793	114.478
Cotas FIDC / Outros	3.694	-	6.449	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	2.165	-	1.895	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.317	-	36.744	-
Investimentos em renda variável				
Investimentos no setor de energia	57.781	-	246.400	-
Investimentos no setor de alimentos e bebidas	32.337	-	45.054	-
Investimentos no setor aeroespacial	-	-	28.947	-
Investimentos no setor de mineração	1.197	-	2.581	-
Investimentos em diversos setores da economia (1)	7.124	-	9.207	-
Investimentos em imóveis	96.525	-	121.176	-
Empréstimos a participantes	18.346	-	23.562	-
Investimentos estruturados e no exterior	3.753	-	224	-
Investimentos com valor de mercado não cotados em mercado ativo:				
Empréstimos a participantes	1.590	-	1.850	-
Investimentos estruturados	1.780	-	1.811	-
Total	2.585.679	726.060	2.703.593	667.993

(1) Investimentos em renda variável nos setores de petróleo, gás e biocombustível; telefonia; siderurgia e metalurgia; construção e engenharia; comércio e distribuição; transporte; madeira e papel; educação; serviços financeiros e instituições bancárias; imobiliário, entre outros.

c.15) Calendário de vencimentos dos pagamentos de benefícios futuros

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
2018	162.546	38.839	201.385
2019	166.989	42.679	209.668
2020	171.275	47.023	218.298
2021	176.423	51.987	228.410
2022	180.505	57.309	237.814
2023 em diante	5.326.440	22.761.339	28.087.779
Total	6.184.178	22.999.176	29.183.354

31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia tem principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Não há, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia calcula a efetividade dos instrumentos financeiros derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros e fluxo de caixa em moeda estrangeira no início da operação e em bases contínuas. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros derivativos contratados apresentaram efetividade em relação aos objetos dessa cobertura.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

a.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Consolidado			
	Valor de referência		Efeito acumulado do valor justo	
	31.12.17	31.12.16	Valor a receber (a pagar)	31.12.16
Contratos de swaps				
Ponta Ativa	1.166.777	2.739.524	164.405	212.993
<u>Moeda estrangeira</u>	<u>326.149</u>	<u>1.522.598</u>	<u>102.876</u>	<u>158.762</u>
US\$ (1) (2)	201.445	742.137	49.110	73.833
EUR (2)	11.000	70.064	449	-
LIBOR US\$ (1)	113.704	710.397	53.317	84.929
<u>Taxa pós</u>	<u>643.589</u>	<u>898.324</u>	<u>28.263</u>	<u>31.987</u>
CDI (1) (2)	249.239	254.883	82	3.979
TJLP (4)	394.350	643.441	28.181	28.008
<u>Índices de inflação</u>	<u>197.039</u>	<u>318.602</u>	<u>33.266</u>	<u>22.244</u>
IPCA (3) (5)	166.775	192.318	33.266	17.998
IGPM (6)	30.264	126.284	-	4.246
Ponta Passiva	(1.363.491)	(2.573.351)	(20.652)	(184.616)
<u>Taxa pós</u>	<u>(952.283)</u>	<u>(2.391.882)</u>	<u>(16.417)</u>	<u>(184.545)</u>
CDI (1) (2) (3) (4) (5) (6)	(952.283)	(2.391.882)	(16.417)	(184.545)
<u>Moeda estrangeira</u>	<u>(411.208)</u>	<u>(181.469)</u>	<u>(4.235)</u>	<u>(71)</u>
US\$ (2)	(354.356)	(88.710)	(4.235)	(71)
LIBOR US\$ (1)	(56.852)	(92.759)	-	-
Ponta ativa			164.405	212.993
Circulante			87.643	68.943
Não Circulante			76.762	144.050
Ponta passiva			(20.651)	(184.616)
Circulante			(5.239)	(183.212)
Não Circulante			(15.412)	(1.404)
Valores a receber, líquidos			143.754	28.377

- (1) Swap de moeda estrangeira (dólar e Libor) x CDI (R\$ 237.384) – operações de swap contratadas com vencimentos variados, de acordo com os vencimentos da dívida, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimos em dólar da Companhia (valor contábil de R\$ 225.254).
- (2) Swap de moeda estrangeira (Euro e CDI x Euro) (R\$70.946) e (Dólar e CDI x Dólar) (R\$56.071) – operações de swap contratadas com vencimentos até 09 de Fevereiro de 2018, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a receber (valor contábil de R\$70.683 em euro) e (valor contábil de R\$ 56.081 em dólar).
- (3) Swap IPCA x percentual do CDI (R\$39.497) – operações de swap contratadas com vencimentos anuais até 2019 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo contábil de R\$40.322).
- (4) Swap TJLP x CDI (R\$390.314) – operações de swap contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil de R\$441.167).
- (5) Swap IPCA x CDI (R\$224.820) – operações de swap contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (valor contábil de R\$217.178).

(6) Swap IGPM x CDI (R\$42.842) – operações de swap contratadas com vencimentos em 2018 com o objetivo de proteger o risco de variação do IGPM em compromissos regulatórios vinculados a licença 4G.

A seguir, apresentamos a distribuição dos vencimentos dos contratos de swap e opções em 31 de dezembro de 2017:

	Controladora / Consolidado				
	Vencimento em				Valor a receber (pagar) em
Contrato de swap	2018	2019	2020	2021 em diante	31.12.17
Moeda Estrangeira x CDI	65.670	36.937	-	-	102.607
CDI x Moeda Estrangeira	(4.524)	(93)	-	-	(4.617)
TJLP x CDI	20.838	7.343	-	-	28.181
IPCA x CDI	722	9.633	1.129	6.402	17.886
IGPM x CDI	(303)	-	-	-	(303)
Total	82.403	53.820	1.129	6.402	143.754

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus swaps de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI, IGPM x CDI e TJLP x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$1.289 (R\$2.091 em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultado negativo consolidado (líquido) de R\$41.985 e R\$347.870, respectivamente (nota 26).

a.2) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de dezembro de 2017.

Consolidado				
Operação	Fatores de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	(70.683)	(88.354)	(106.025)
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(42.808)	(53.510)	(64.212)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	113.754	142.192	170.631
	Exposição Líquida	263	328	394
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	(56.071)	(70.088)	(84.106)
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	164.648	205.810	246.972
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	(108.567)	(135.709)	(162.851)
	Exposição Líquida	10	13	15
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	279.566	259.689	242.286
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(381.564)	(361.681)	(344.274)
	Exposição Líquida	(101.998)	(101.992)	(101.988)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IGP-DI)	42.538	42.575	42.612
Dívida em IGP-DI	Dívidas (Risco aumento IGP-DI)	(140.859)	(140.859)	(140.859)
	Exposição Líquida	(98.321)	(98.284)	(98.247)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	221.553	276.004	330.097
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(225.708)	(281.531)	(337.072)
	Exposição Líquida	(4.155)	(5.527)	(6.975)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	418.496	414.263	410.144
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(1.586.846)	(1.582.396)	(1.578.066)
	Exposição Líquida	(1.168.350)	(1.168.133)	(1.167.922)
Hedge (ponta CDI)				
Hedge US\$ e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco queda CDI)	(130.892)	(146.692)	(162.471)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(279.566)	(259.689)	(242.286)
Hedge IGPM (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(42.538)	(42.575)	(42.612)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(221.553)	(276.004)	(330.097)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(418.496)	(414.263)	(410.144)
	Exposição líquida	(1.093.045)	(1.139.223)	(1.187.610)
Exposição líquida total em cada cenário		(2.465.596)	(2.512.818)	(2.562.333)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(47.222)	(96.737)

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2017 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US\$	3,3080	4,1350	4,9620
EUR	3,9676	4,9595	5,9514
JPY	0,0293	0,0367	0,0440
IPCA	2,79%	3,49%	4,19%
IGPM	-0,52%	-0,65%	-0,78%
IGP-DI	-0,27%	-0,34%	-0,41%
UMBND	0,0646	0,0807	0,0969
URTJLP	2,0314	2,5392	3,0470
CDI	6,89%	8,61%	10,34%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2017, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

b) Valor Justo

A Companhia e controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia ou controladas não identificaram reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve transferências entre avaliações de valor justo de nível 3 e níveis 1 e 2.

Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Controladora						
Classificação por categoria		Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado		3.681.173	4.675.627	3.681.173	4.675.627
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		8.413.403	8.282.685	8.413.403	8.282.685
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.480	3.979	2.480	3.979
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Hedge (econômico)	Nível 2	85.163	64.964	85.163	64.964
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		81.472	78.153	81.472	78.153
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		167.682	200.537	167.682	200.537
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Hedge (econômico)	Nível 2	76.762	144.050	76.762	144.050
Total de ativos financeiros			12.508.135	13.449.995	12.508.135	13.449.995
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		8.560.844	7.539.395	8.560.844	7.539.395
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		1.316.034	1.256.147	1.463.609	1.363.539
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	304.921	1.286.828	317.231	1.307.310
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		1.412.174	2.120.197	1.532.427	2.242.291
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	312	307	1.490	1.412
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	4.372	4.111	4.372	4.111
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Hedge (econômico)	Nível 2	735	179.101	735	179.101
Não Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		-	71.907	-	71.907
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		1.353.582	1.837.077	1.291.974	1.668.524
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	520.421	874.982	505.422	822.818
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	446.144	414.733	446.144	414.733
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		3.068.243	1.396.813	2.866.372	1.260.814
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	40.010	36.990	37.717	34.124
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Hedge (econômico)	Nível 2	15.412	1.404	15.412	1.404
Total de passivos financeiros			17.043.204	17.019.992	17.043.749	16.911.483

Consolidado						
Classificação por categoria		Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado		4.050.338	5.105.110	4.050.338	5.105.110
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		8.588.466	8.701.688	8.588.466	8.701.688
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.480	3.979	2.480	3.979
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Hedge (econômico)	Nível 2	85.163	64.964	85.163	64.964
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		81.486	78.166	81.486	78.166
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		273.888	305.411	273.888	305.411
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Hedge (econômico)	Nível 2	76.762	144.050	76.762	144.050
Total de ativos financeiros			13.158.583	14.403.368	13.158.583	14.403.368
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		7.447.100	7.611.246	7.447.100	7.611.246
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		1.316.034	1.256.147	1.463.609	1.363.539
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	304.921	1.286.828	317.231	1.307.310
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		1.412.174	2.120.197	1.532.427	2.242.291
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	312	307	1.490	1.412
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	4.504	4.111	4.504	4.111
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Hedge (econômico)	Nível 2	735	179.101	735	179.101
Não Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		-	71.907	-	71.907
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		1.353.582	1.837.077	1.291.974	1.668.524
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	520.421	874.982	505.422	822.818
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	446.144	414.733	446.144	414.733
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		3.068.243	1.396.813	2.866.372	1.260.814
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	40.010	36.990	37.717	34.124
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Hedge (econômico)	Nível 2	15.412	1.404	15.412	1.404
Total de passivos financeiros			15.929.592	17.091.843	15.930.137	16.983.334

c) Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB e ativo garantidor do passivo de contraprestação contingente.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Caixa e equivalentes de caixa	4.050.338	5.105.110
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente	(8.461.841)	(9.224.074)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	143.754	28.377
Aplicações financeiras em garantia à dívida	11.722	10.773
Ativo garantidor da contraprestação contingente	446.144	414.733
Endividamento líquido	3.809.883	3.665.081
Patrimônio líquido	69.461.358	69.244.419
Índice de endividamento líquido	5,48%	5,29%

d) Política de Gestão de Riscos

A Companhia e controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

d.1) Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2017, 2,7% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira (10,4% em 31 de dezembro de 2016). A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$225.254 e R\$1.287.864 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$16.953 mil e €17.535 mil a receber em 31 de dezembro de 2017 e US\$17.293 mil a receber e €5.695 mil a pagar em 31 de dezembro de 2016) para minimizar seus riscos cambiais.

d.2) Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional. Durante o exercício de 2016 e no primeiro trimestre de 2017, a TJLP era de 7,5%. A partir do segundo trimestre de 2017, a TJLP manteve-se em 7,0% até o final do ano.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão – Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$3.932.539 e R\$4.906.741 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

d.3) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia ou controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 20, e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A seguir, apresentamos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, previstos em contratos:

Em 31.12.17	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 15)	7.447.100	-	-	-	7.447.100
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 20)	1.620.955	780.904	885.411	207.688	3.494.958
Contraprestação contingente (nota 20)	-	-	-	446.144	446.144
Debêntures (nota 20)	1.412.486	66.252	3.042.001	-	4.520.739
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	5.239	93	-	15.319	20.651
Total	10.485.780	847.249	3.927.412	669.151	15.929.592

Em 31.12.16	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 15)	7.611.246	-	-	71.907	7.683.153
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 20)	2.542.975	1.129.939	1.326.269	255.851	5.255.034
Contraprestação contingente (nota 20)	-	-	-	414.733	414.733
Debêntures (nota 20)	2.120.504	1.355.683	78.120	-	3.554.307
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	183.212	1.185	97	122	184.616
Total	12.457.937	2.486.807	1.404.486	742.613	17.091.843

d.4) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indêbitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de emergência que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

d.5) Riscos Socioambientais

Nossas operações e propriedades estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se não conseguirmos cumprir requisitos presentes e futuros, ou identificar e gerenciar contaminações novas ou já existentes, teremos de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de limpeza, indenizações, compensações, multas, suspensão das atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar nossas instalações ou alterar nossos processos, ou interrupção das operações. A identificação de condições ambientais atualmente não identificadas, fiscalizações mais rigorosas por parte de agências reguladoras, a entrada em vigor de leis e regulamentos mais severos ou outros eventos não previstos pode vir a ocorrer e, em última análise, resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum dos fatores acima poderia ter um efeito adverso material sobre nosso negócio, o resultado de nossas operações e de nossa situação financeira e patrimonial. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000.

Do ponto de vista social, estamos expostos a passivos contingentes em decorrência do fato de nossa estrutura prever a contratação de prestadores de serviços terceirizados. Esses passivos potenciais podem envolver reclamações trabalhistas por parte dos prestadores de serviços que eventualmente poderiam ser tratados como funcionários diretos, o que geraria pedidos de vínculos e de responsabilidade solidária em pedidos de horas extras e acidentes ocupacionais, dentre outros. Se obtivermos decisão desfavorável com relação a uma parcela significativa dessas contingências eventualmente não provisionadas, nossa situação financeira e patrimonial e os resultados de nossas operações podem ser afetados.

d.6) Seguros

A política da Companhia e controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica.

Em 31 de dezembro de 2017, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$1.501.052 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$75.000 para responsabilidade civil geral (RCG).

d.7) Outros Riscos

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, assim como à legislação estrangeira relativa ao mesmo tema nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cumprimento, no Brasil, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como do *US Foreign Corrupt Practices Act* de 1977, nos Estados Unidos da América.

Apesar de a Companhia possuir políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o cumprimento dessas legislações, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que funcionários, conselheiros, diretores, sócios, representantes ou prestadores de serviço da Companhia não adotarão algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos (ou em violação às legislações voltadas ao combate à corrupção) que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação da Companhia, ou outras consequências legais que podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição financeira.

Em relação às mencionadas políticas e procedimentos, a Companhia está presentemente conduzindo uma apuração interna – a qual é parte de uma apuração mais ampla conduzida pela Telefônica, S.A., acionista controladora da Companhia - relacionada a possíveis violações às legislações supramencionadas. A Companhia está em contato com autoridades governamentais acerca dessa matéria e pretende cooperar com as autoridades à medida em que a apuração continue. Não é possível, no atual momento, determinar o escopo, a duração ou as possíveis consequências de referida apuração.

32) COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e controladas alugam equipamentos, instalações e lojas, prédios administrativos e *sites* (estações rádio base e torres instaladas), por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	2.282.506	2.285.148
Um ano até cinco anos	7.435.159	7.442.212
Mais de cinco anos	5.017.985	5.017.985
Total	14.735.650	14.745.345

33) INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

a) Reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Controladora

	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento			Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa				Saldos em 31.12.17
	Saldos em 31.12.16	Ingressos	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos de arrendamento financeiro e financiamento a fornecedores	Combinações de negócios	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	
Controladora	Saldos em 31.12.16								
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.195.031	-	(3.668.551)	-	-	-	-	3.869.636	2.396.116
Empréstimos e financiamentos	4.880.606	55.876	(2.449.773)	(333.676)	385.021	571.444	-	-	3.109.498
Arrendamentos financeiros	374.428	-	(35.722)	(11.973)	45.265	13.462	-	-	385.460
Debêntures	3.554.307	3.000.000	(2.000.000)	(513.937)	480.369	-	-	-	4.520.739
Instrumentos financeiros derivativos	(28.377)	-	(162.334)	2.086	44.739	-	-	-	(143.886)
Contraprestação contingente	414.733	-	-	-	31.411	-	-	-	446.144
Total	11.390.728	3.055.876	(8.316.380)	(857.500)	986.805	584.906	-	3.869.636	10.714.071

Consolidado

	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento			Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa				Saldos em 31.12.17
	Saldos em 31.12.16	Ingressos	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos de arrendamento financeiro e financiamento a fornecedores	Combinações de negócios	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	
Consolidado	Saldos em 31.12.16								
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.195.031	-	(3.668.551)	-	-	-	-	3.869.636	2.396.116
Empréstimos e financiamentos	4.880.606	55.876	(2.449.773)	(333.676)	385.021	571.444	-	-	3.109.498
Arrendamentos financeiros	374.428	-	(35.722)	(11.973)	45.265	13.462	-	-	385.460
Debêntures	3.554.307	3.000.000	(2.000.000)	(513.937)	480.369	-	-	-	4.520.739
Instrumentos financeiros derivativos	(28.377)	-	(159.408)	2.086	42.334	-	(389)	-	(143.754)
Contraprestação contingente	414.733	-	-	-	31.411	-	-	-	446.144
Total	11.390.728	3.055.876	(8.313.454)	(857.500)	984.400	584.906	(389)	3.869.636	10.714.203

b) Principais transações de não envolvem caixa

As principais transações de financiamentos que não envolvem caixa da Companhia referem-se à aquisição de ativos por meio de arrendamentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas transações totalizavam R\$13.462 e R\$61.866, respectivamente.